



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PROPAD)

DUENNYO WESLEY SANTOS SILVA

**O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES
E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RORAIMA — ITCPES/UFRR— PARA O DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO
SOCIAL EM RORAIMA**

Recife

2025

DUENNYO WESLEY SANTOS SILVA

O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
— ITC PES/UFRR— PARA O DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO SOCIAL EM
RORAIMA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Administração
(PROPAD) do Centro de Ciências Sociais
Aplicadas (CCSA) da Universidade
Federal de Pernambuco (UFPE), na linha
de Organização e Sociedade, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dr^a. Jackeline Amantino de Andrade

Recife
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Duenny Wesley Santos.

O papel da incubadora tecnológica de cooperativas populares e empreendimentos solidários da Universidade Federal de Roraima ITCPES/UFRR para o desenvolvimento da inovação social em Roraima / Duenny Wesley Santos Silva. - Recife, 2025.

86 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

Orientação: Jackeline Amantino de Andrade.

Inclui referências e apêndices.

1. Inovação Social; 2. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários; 3. UFRR; 4. EES. I. Andrade, Jackeline Amantino de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

DUENNYO WESLEY SANTOS SILVA

**O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES
E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RORAIMA — ITCPES/UFRR— PARA O DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO
SOCIAL EM RORAIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de Organização e Sociedade, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em: 30/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Jackeline Amantino de Andrade, Universidade Federal de Pernambuco
(Orientadora)

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal, Universidade Federal de Pernambuco (Examinador
Interno)

Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho, Universidade Federal do Ceará
(Examinador Externo)

Recife

2025

Agradecimentos

A Deus, por ser meu guia, amparo e proteção. E por ser meu refúgio nos dias difíceis. Esta caminhada não foi fácil.

Ao meu pai Adão e minha mãe Leda, por sempre estarem ao meu lado, apoiando-me em meus projetos pessoais. O acolhimento deles, durante todo o processo de construção deste trabalho, foi fundamental. Serão sempre minha inspiração e minha fortaleza.

À Universidade Federal de Roraima, através do Magnífico Reitor José Geraldo Ticianeli, bem como toda a Gestão e equipe de técnicos, que tornou possível a efetivação da oferta deste curso.

À ITC PES por me permitir conhecer um pouco da sua história, do trabalho realizado, e me possibilitado construir esta pesquisa. Sem dúvidas, o que foi construído na incubadora pelos professores, bolsistas, técnico e empreendedores é uma referência em todo nosso estado.

À Universidade Federal de Pernambuco pela parceria firmada com a UFRR, e seu excelente corpo docente, que tornou possível a realização dessa etapa de formação na vida dos alunos deste mestrado. A contribuição dos professores, através das aulas e vivências, trouxe muitas reflexões e novos olhares sobre a realidade.

À minha orientadora, professora Dra. Jackeline Amantino de Andrade, pela condução em todo o processo de orientação.

Aos meus colegas de curso, que, em sua maioria, pude conhecer durante as aulas. Foi um curso que exigiu muito de cada um. Mas, do jeito leve e descontraído que conduzimos essa jornada foi fundamental para chegar até o final. Só nós sabemos como foi difícil estar em sala de aula, ter que conciliar as demandas do trabalho e nossa vida pessoal.

Aos colegas de trabalho mais próximos, com quem pude dividir todas as emoções e sentimentos, em especial, minha amiga Josi, que também foi minha colega de curso.

Aos meus amigos mais próximos Janilson, Israel, Sheron, Ana Cláudia e Simone, pelos desabafos e por tornar meus dias mais leves durante essa caminhada.

Um agradecimento, em especial, ao amigo querido, Dr. Francisco Santos, pela ajuda fundamental na organização do trabalho.

Resumo

A Inovação Social - IS- é uma abordagem teórica que tem sido estudada como uma possibilidade para se enfrentar os desafios cotidianos da sociedade. Sobretudo, aqueles enfrentados pelos indivíduos marginalizados. A IS diferente da inovação tradicional, alicerçada numa perspectiva mercadológica, dá ênfase na organização e colaboração sociais para construir respostas aos problemas da sociedade (Pazetto *et al.*, 2022). Neste sentido, a Universidade Federal de Roraima - UFRR-, do ponto de vista da sua responsabilidade social, tem se destacado na promoção da IS. De acordo com seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) em vigência, a UFRR trabalha na articulação entre o conhecimento desenvolvimento na universidade e a realidade socioeconômica local. Evidencia-se nesse sentido o trabalho da ITCPES (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários) da UFRR, nascida em 2006, vem desempenhando um papel muito importante no assessoramento técnico e formação de empreendedores sociais, realizando uma articulação entre a universidade e outras instituições, contribuindo de maneira expressiva para o desenvolvimento do estado. Dessa forma, a partir de uma pesquisa do tipo descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, realizou-se um estudo de caso instrumental na ITCPES/UFRR, no qual foram realizadas análise documental, entrevistas semiestruturadas em profundidade e observação participante, cujos dados foram analisados conforme as orientações de Bardin (2016). Os resultados comprovam através do modelo analítico aplicado que a ITCPES vem desempenhando um papel importante no desenvolvimento da inovação social em Roraima, apesar dos desafios institucionais que precisam ser superados.

Palavras-chave: Inovação Social; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários; UFRR; EES

Abstract

Social Innovation - SI - is a theoretical approach that has been studied as a possibility to face the daily challenges of society, especially those faced by marginalized individuals. Unlike traditional innovation, which is based on a market perspective, SI emphasizes social organization and collaboration to build responses to society's problems (Pazetto et al., 2022). In this sense, the Federal University of Roraima - UFRR -, from the point of view of its social responsibility, has stood out in promoting SI. According to its current PDI (Institutional Development Plan), UFRR works on the articulation between knowledge developed at the university and the local socioeconomic reality. In this sense, the work of the ITCPES (Technological Incubator for Popular Cooperatives and Solidarity Enterprises) of UFRR, founded in 2006, is evident. It has been playing a very important role in the technical advisory and training of social entrepreneurs, establishing a link between the university and other institutions, contributing significantly to the development of the state. Thus, based on descriptive and exploratory research with a qualitative approach, an instrumental case study was carried out at ITCPES/UFRR, in which documentary analysis, in-depth semi-structured interviews and participant observation were carried out, the data from which were analyzed according to the guidelines of Bardin (2016). The results prove, through the analytical model applied, that ITCPES has been playing an important role in the development of social innovation in Roraima, despite the institutional challenges that need to be overcome.

Keywords: Social Innovation; Technological Incubator for Popular Cooperatives and Solidarity Enterprises; UFRR; EES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Triangulação de dados da pesquisa	46
Figura 2 - A) Localização da ITCPES B) Localização do caso	49
Figura 3 - Coordenadores e usuários em atividade na ITCPES/UFRR	51
Figura 4 - Página de internet da Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características das Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica e das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária.....	16
Quadro 2 - Aspectos conceituais distintivos da IS	22
Quadro 3 - Tipologias de inovação	25
Quadro 4 - Dimensões analíticas da Inovação Social.....	27
Quadro 5 - Dimensões condutoras da Inovação Social	30
Quadro 6 - Modelo analítico da IS na ITCPES	35
Quadro 7 - Material da pesquisa documental	40
Quadro 1- Sujeitos da pesquisa.....	43
Quadro 9–Categorias e subcategorias de análise.....	45
Quadro 10 - Atividades desenvolvidas pela ITCPES.....	50
Quadro 11- Empreendimentos Incubados pela ITCPES	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADECON	Centro de Ciências Administrativas e Econômicas
COOFECS	Cooperativa de Empreendimentos Solidários de Boa Vista
COOPANA	Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia
CRISES	Centre de Recherche sur les Innovations Sociales
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Projeto
INSIKIRAN	Instituto de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima
IS	Inovação Social
ITCPES	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários
ITES	Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária
ONG'S	Organizações Não Governamentais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PRONAT	Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	OBJETIVOS	11
1.1.1	Objetivo Geral.....	11
1.1.2	Objetivos específicos.....	111
1.2	JUSTIFICATIVA	111
2	REVISÃO CONCEITUAL	133
2.1	INCUBADORAS DE EMPRESA DE BASE TECNOLÓGICA E INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	13
2.1.1	Economia Solidária	16
2.2	INOVAÇÃO SOCIAL	19
2.2.1	Delineamento da inovação social: propostas analíticas	22
2.2.2	A inovação social nos empreendimentos de economia solidária incubados em ITCPES.....	31
2.2.3	Modelo analítico da IS para aplicação na ITCPES/UFRR	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	38
3.2	ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	38
3.4	COLETA DE DADOS	39
3.4.1	Da pesquisa documental e observação participante	40
3.5	SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	42
3.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE, VALIDAÇÃO E CONFIABILIDADE DOS DADOS.....	43
3	ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
3.1	CASO SELECIONADO	47
3.2	DIMENSÃO TRANSFORMAÇÃO	51
3.3	DIMENSÃO ATORES.....	57
3.4	DIMENSÃO CAPACIDADE INOVADORA	60
3.5	DIMENSÃO FORÇAS E LIMITAÇÕES.....	63

4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
	REFERÊNCIAS	70
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	75
	APÊNDICE B- Roteiro de entrevista semiestruturada	77
	APÊNDICE C- Sala da ITCPS.....	78
	APÊNDICE D- Feirinha agroecológica na UFRR- Associação Mulheres Camponesas do Lavrado	79

1 INTRODUÇÃO

A Inovação Social (IS), enquanto objeto de estudo, não é um tema recente. No entanto, do ponto de vista teórico, ainda apresenta lacunas quanto à sua delimitação conceitual e aos marcos analíticos que a definem. Justifica-se, assim, a pertinência de aprofundar o debate acadêmico sobre o tema, especialmente em contextos periféricos. A discussão sobre inovação social é importante porque a configuração contemporânea as desigualdades socioeconômicas se impõem de forma latente e trazem desafios profundos, sobretudo às populações marginalizadas.

A inovação tradicional, vinculada a uma lógica de mercado e centrada em ganhos econômicos, não oferece respostas suficientes aos problemas sociais complexos e enraizados. Em contraponto, a IS propõe caminhos alternativos, por meio de iniciativas organizadas coletivamente, com base em colaboração, participação ativa e busca pelo bem comum (Pazetto *et al.*, 2022).

Guerreiro (2023) amplia essa concepção ao destacar que a IS implica o redesenho das dinâmicas locais, fundamentadas em cooperação com finalidade social. Esse olhar abre espaço para o surgimento de novas políticas e práticas sociais direcionadas à sustentabilidade, à formação de indivíduos e ao empoderamento para transformação das suas realidades sociais.

Ainda assim, é importante levar em consideração que a IS vai se conectar tanto por vertentes do mercado quanto por iniciativas comunitárias. Assim, tensiona-se sua definição entre práticas comprometidas com a transformação social e iniciativas capturadas por interesses econômicos, que se apropria do conceito de IS. Bignetti (2011), com relação a essa questão de ambiguidade, diz que a inovação social exige a participação e a cooperação de diferentes atores na criação de proposições duradouras e contextualizadas, e isso é o que vai diferenciar esse processo das inovações tecnológicas convencionais.

Nessa perspectiva, é importante destacar a responsabilidade social da Universidade Federal de Roraima (UFRR) na promoção da inovação social. De acordo

com o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI — 2021/2025 — a UFRR tem o compromisso de promover o desenvolvimento regional com ações que perpassam o âmbito do currículo acadêmico, motivando o seu público a refletir e contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Desde a formação dos discentes, busca trabalhar em prol do desenvolvimento de uma sociedade mais ética e inclusiva.

Nesta direção, os Relatórios de Monitoramento do PDI – 2021/2023 – mostram esse comprometimento institucional através do alcance de metas relacionadas à expansão das atividades de extensão universitária, por meio articulação e fortalecimento de redes sociais e econômicas no estado. Porém, há lacunas existentes relacionadas às fragilidades estruturais e apoio a iniciativas específicas, como a explorada neste estudo. O que mostra os desafios que a universidade pública em contexto de regiões periféricas como a amazônica.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o estado de Roraima possui o menor PIB do Brasil e enfrenta desafios básicos relacionados às condições socioeconômicas. Os serviços precários de saúde, segurança e educação, além do desemprego, especialmente nas regiões rurais e áreas indígenas, onde as políticas públicas são menos efetivas, são aspectos expressivos. Apesar da densidade populacional baixa, embora tenha havido um boom populacional, por conta da migração venezuelana nos últimos anos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) indica que o estado possui uma posição mediana comparada às demais unidades federativas. Neste sentido, as desigualdades socioeconômicas são latentes e há desafios com relação ao acesso a direitos e serviços básicos que precisam ser superados (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Nesse contexto, ações voltadas para a inovação social ganham ainda mais relevância como alternativas concretas para promover inclusão, justiça social e fortalecimento de iniciativas locais. Do ponto de vista institucional, ainda que esse discurso esteja formalizado nos documentos oficiais, os dados desta pesquisa evidenciam tensões entre o que é planejado e o apoio efetivo prestado às experiências concretas como a da ITCPES.

O trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES/UFRR) mostra esse compromisso institucional. Criada em 2006, a ITCPES desenvolve ações voltadas à incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) especialmente para as comunidades indígenas, rurais e urbanas em situação de vulnerabilidade. Sua singularidade está na sua capacidade de envolver saberes locais e acadêmicos, promovendo práticas colaborativas que resultam em soluções transformadoras e sustentáveis, aproximando a comunidade da universidade.

Além disso, a escolha por este objeto de pesquisa se justifica pela própria trajetória profissional do autor do estudo, atuando como técnico em assuntos educacionais da UFRR. O contato inicial com a incubadora se deu por meio do contato com o projeto Feirinha das Camponesas do Lavrado, o qual se aproxima das ações de extensão universitária. A vivência posterior com os projetos e a equipe da ITCPES possibilitou uma participação efetiva no campo de pesquisa e favoreceu uma compreensão aprofundada do seu funcionamento.

Assim, busca-se responder à seguinte questão neste estudo: **como as atividades desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima têm relevância para o desenvolvimento da Inovação Social no estado de Roraima?**

Recorreu-se a marcos conceituais que abordam a inovação social (IS) a partir de uma perspectiva crítica, não reducionista e não mercadológica para construir um modelo analítico. Em oposição às abordagens instrumentais centradas em eficiência e impacto mensurável, Bignetti (2011) argumenta que a inovação social deve ser compreendida dentro de uma lógica que valorize os sujeitos, os territórios e os processos de transformação coletiva.

França Filho (2018) reforça esse olhar crítico ao propor a não banalização do conceito de IS, associando-o a experiências de base popular e à atuação das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES). Sua contribuição vai além da crítica, ao oferecer quatro critérios analíticos que devem ser observados na análise

de uma inovação social: a finalidade da ação, o modo de acesso, o modo de apropriação e o modo de geração.

A análise da IS enquanto processo multidimensional é aprofundada por Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019), a partir dos estudos do CRISES (Centre de Recherche sur les Innovations Sociales). Inspirados por Tardif e Harrisson (2005), esses autores propõem uma análise em cinco dimensões: transformação, caráter inovador, inovação, atores e processos. Sua proposta amplia o olhar sobre a inovação, compreendendo-a como construção relacional situada, marcada por interações institucionais, redes sociais e conflitos.

De maneira complementar, Andrade e Valadão (2020) apresentam uma abordagem relacional e processual da IS, que enfatiza o papel das interações, dos recursos, e das capacidades coletivas no desenvolvimento de processos inovadores. As quatro dimensões destacadas por eles: natureza da inovação, estímulos, atores e recursos, capacidades e dinâmicas que contribuem para discussão acerca dos arranjos institucionais que envolve redes de coprodução e o papel das práticas colaborativas.

Diante dessas contribuições, o modelo analítico construído nesta pesquisa sintetiza e adapta elementos centrais das propostas acima, organizando quatro dimensões fundamentais: Transformação, Atores, Capacidade Inovadora e Forças e Limitações. Essa escolha visa não apenas operacionalizar a análise do caso ITCPES/UFRR, mas também compreender como essa incubadora atua na construção de soluções sociais que respondem de forma original e colaborativa aos desafios locais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como as atividades desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES) da Universidade Federal de Roraima têm relevância para o desenvolvimento da inovação social no estado de Roraima.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar as principais atividades desenvolvidas pela ITC PES da Universidade Federal de Roraima.
- Caracterizar as práticas de inovação social desenvolvidas pela ITC PES da Universidade Federal de Roraima.
- Analisar a inovação social na ITC PES da Universidade Federal de Roraima a partir do modelo apresentado.

1.2 JUSTIFICATIVA

Partindo do conceito que a Inovação Social, neste estudo, conforme Oliveira, Addor e Maia (2018) é a inovação que se propõe a atender necessidades humanas que não estão sendo efetivamente supridas pela estrutura estatal e de mercado, em territórios e contextos específicos, e que é possível através de arranjos institucionais empoderar indivíduos como agentes transformadores de suas realidades. Este estudo se justifica pelo entendimento que através da responsabilidade social da universidade é possível colaborar efetivamente na proposição de inovações sociais para a melhoria das condições socioeconômicas de populações em contextos socioeconômicos menos estruturados e periféricos, estabelecendo novas relações através de espaços como as ITC PES.

Também se justifica pelo seu caráter inédito, do ponto de vista das contribuições acadêmicas, porque amplia a compreensão da temática sob uma perspectiva local. O formato da pesquisa possibilita captar as atividades e perspectivas de trabalho desenvolvidas numa incubadora social, por meio da proposição de um modelo analítico aplicado ao caso em questão — um modelo que pode suscitar comparações com outros casos semelhantes, bem como aprofundar os estudos sobre a inovação social.

Historicamente, a universidade tem assumido diferentes papéis para atender às necessidades da sociedade: seja no ensino, atualizando seus currículos para abordar temáticas relacionadas aos problemas cotidianos, na pesquisa, identificando lacunas no âmbito social e, ainda, por meio de sua relação direta com as pessoas, como ocorre nas atividades de extensão (Klaumann; Tatsch, 2023).

Neste sentido, a ITCPES/UFRR como uma Entidade de Apoio e Fomento (EAS) assessora Associações e Cooperativas — os chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) —, incuba nove instituições na cidade de Boa Vista-RR, atuando em áreas como folclore, artesanato, costura, agricultura familiar e comercialização de produtos orgânicos no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, zona rural de Boa Vista. Atende um total de 623 indivíduos vinculados às associações e, simultaneamente, cooperados, conforme dados internos.

Por meio de projetos de extensão, em colaboração com instituições de outros estados, atende pessoas do campo — sobretudo mulheres —, identifica os interessados em participar das atividades e os conecta com co-agricultores (consumidores) em Boa Vista e no sul de Roraima, alinhados com o consumo responsável.

Através das formações como oficinas de precificação, visitas para troca de experiências agroecológicas e a implementação do primeiro Grupo Coletivo das Camponesas do Lavrado no estado, desenvolve-se esse modelo de comercialização que abrange usuários nos municípios de Boa Vista e Rorainópolis.

Nesse sentido, a ITCPES/UFRR busca fortalecer núcleos e experiências, produzindo tecnologia social por meio da formação, qualificação e acompanhamento dos empreendimentos incubados, aproveitando oportunidades de trabalho e renda com base no desenvolvimento solidário (Arantes; Oliveira; Pereira, 2013).

Percebe-se uma crescente demanda, oriunda de empresas, instituições não governamentais e grupos sociais, por serviços, produtos ou processos desenvolvidos nas universidades, diante de suas necessidades e urgências. Por essa razão, a universidade enfrenta um desafio central: mostrar à sociedade que sua missão vai além de formar indivíduos ou gerar tecnologias; ela deve, de forma mais diretiva, aproximar-se dos grupos sociais, disponibilizar sua estrutura física, analisar problemas e contextos e encontrar soluções conjuntas para mitigar as diferentes demandas enfrentadas pelas populações.

Assim, ao refletir sobre a importância da Inovação Social para a sociedade e observando as contribuições da UFRR para o desenvolvimento socioeconômico do estado, destaca-se a relevância em conhecer com profundidade as atividades que são desenvolvidas na ITC PES. Esta pesquisa busca, portanto, contribuir para o avanço das discussões sobre inovação social em contextos periféricos, especialmente no cenário amazônico brasileiro, trazendo reflexões para além do estudo de caso e possam fomentar outras iniciativas.

2 REVISÃO CONCEITUAL

2.1 INCUBADORAS DE EMPRESA DE BASE TECNOLÓGICA E INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As incubadoras surgem na década de 1950 no Vale do Silício, nos EUA, numa proposta vinculada ao formato de empresa, tal qual as propostas em vigor atualmente. Além dos Estados Unidos, outros países também fomentaram modelos de incubadoras que desenvolvessem tanto o aspecto econômico quanto tecnológico. Entre eles: Japão, França, Alemanha e Grã-Bretanha (Souza et al. 2009).

No Brasil, conforme Oliveira (2003), durante os anos de 1980 e 1990, ocorreu um movimento de surgimento e fortalecimento de incubadoras com foco em negócios tecnológicos. Esse modelo recebeu grande aporte financeiro para concepção, estruturação e gestão dos empreendimentos.

Ainda para o autor, no âmbito da universidade, essa proposta colocava a produção do conhecimento em diálogo com o setor produtivo. Foram criados polos,

parques tecnológicos, incubadoras de empresas e escritórios de transferências de tecnologia. Nesse período, os centros de pesquisa passaram por dificuldade e, por essa razão, discutia-se que a universidade deveria deixar de oferecer o ensino gratuito e passar a receber pela sua produção científica.

Em um caminho diferente desse, num momento de crise social, com agravamento do desemprego e exclusão social, provocados por questões econômicas do país, surge um movimento denominado economia solidária. Tal arranjo baseia-se na criação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que são concebidos no formato de cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, entre outras formas de organização. Desse movimento, conforme Addor e Laricchia (2018) há a criação da primeira ITES no Brasil, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ, em 1995, ainda no formato de incubadora de empresa, com enfoque na transferência de tecnologia. Logo depois, esse formato de incubação dá lugar para uma metodologia voltada para a extensão universitária e educação popular.

A Incubadora de Empresa de Base Tecnológica e a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária possuem características que as diferenciam. Neste sentido, conforme Azevedo *et al.* (2006), **a primeira** possui uma estrutura que propicia o surgimento de novas empresas de base tecnológica com foco no desenvolvimento econômico, inovações, geração de riqueza e empregos, além de valorizar a cultura empreendedora. Também oferecem alguns serviços e recursos para os empreendimentos que incubam tais como: orientação empresarial e assessorias nas áreas de marketing, recursos humanos, planejamento, contabilidade e finanças.

A segunda está vinculada a práxis da extensão universitária, ou seja, atua na promoção da interação direta entre a universidade e a comunidade, por meio da troca de saberes, sistematizando e (re) estruturando o conhecimento científico e popular, permitindo uma troca mútua de conhecimentos e experiências entre cooperados e alunos.

As incubadoras de economia solidária, foco do estudo, conseguem promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois partem de problemas reais, observados permanentemente por professores e estudantes, que debatem e analisam as demandas tentando encontrar soluções e, assim, geram conhecimento. Atuam

diretamente na assessoria e formação de cooperativas populares autogestionárias, ou outras formas de organização que possuem vinculações com a economia solidária.

Com relação às incubadoras de cooperativas, destacam-se duas redes: as ITCPs, que compreendem muitas universidades brasileiras, dentre elas as pioneiras no processo e, também, as vinculadas à Fundação UNITRABALHO. Neste contexto, para a sustentação dessas incubadoras, contribui enormemente o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares). Criado em 1998, o programa é prejudicado pela política do governo FHC e ganha protagonismo no governo Lula.

O professor Armando Lirio, da incubadora da Universidade Federal do Pará (UFPA), no Encontro Regional de Engenharia e Desenvolvimento Social (Ereds), em Castanhal (PA), constatou que as incubadoras podem ser classificadas em: de primeira geração – nascidas na década de 1990 (UFRJ, USP, UFJF, UFRPE, UFCE, UFBA); de segunda geração – implantadas no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no início dos anos 2000; e de terceira geração – instituídas a partir da segunda década dos anos 2000. Contemporaneamente são contabilizadas mais de uma centena, distribuídas nas cinco regiões do Brasil (Pereira *et al.*, 2019, p.138).

O Proninc, mencionado acima, foi um importante instrumento institucional que se constituiu no âmbito das incubadoras de primeira geração e adotado como uma política pública pela Senaes em 2003, na qual a Financiadora de Estudos e Projeto (Finep) foi a primeira a responsável pela operacionalização dos recursos financeiros para novas e antigas incubadoras.

Desta forma, as incubadoras tiveram a possibilidade de promover suas atividades de maneira mais efetiva. De acordo com Oliveira, Addor e Maia (2018):

O Proninc foi oficializado, por meio do decreto no 7.357 (de 17/11/2010) e pode ser considerado uma das mais relevantes políticas do campo da economia solidária, uma vez que atua de forma estratégica ao financiar, simultaneamente, empreendimentos de economia solidária e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares (Oliveira; Addor; Maia, 2018).

Desse modo, o Quadro 1 organiza as principais características das incubadoras apresentadas no texto.

Quadro 1 - Características das Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica e das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária

TIPO	Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica	Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária
ORIGEM	criadas para desenvolver empresas, foco no desenvolvimento econômico.	surgem em um momento de crise social e econômica, com foco na inclusão social e ações para diminuir o desemprego.
FOCO	promover a criação de novas empresas através da inovação tecnológica e geração de riqueza.	fortalecer empreendimentos econômicos solidários, através da economia solidária.
ESTRUTURA	gerencial fechada para o desenvolvimento econômico e promoção do empreendedorismo.	baseiam-se na autogestão e cooperativismo, em associações e práticas coletivas.
SERVIÇOS	orientação empresarial; assessoria de marketing, RH, planejamento, contabilidade e finanças.	por meio da extensão, promovem troca de saberes entre a universidade e a comunidade, baseada na educação popular.
PAPEL NA UNIVERSIDADE	promover o desenvolvimento de empresas através de pesquisa científica para a criação de inovações, mas sem vinculação com a extensão.	Indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, a partir do contexto da comunidade.
PÚBLICO-ALVO	empreendedores e empresas de base tecnológica.	cooperativas populares e associações com foco na economia solidária.
METODOLOGIA DE TRABALHO	processos orientados para os interesses do mercado.	Relação direta com a comunidade, promovendo troca de conhecimento entre alunos, professores e cooperados.
IMPACTO SOCIAL	geração de emprego e desenvolvimento econômico.	inclusão social, combate ao desemprego e fortalecimento das relações comunitárias.

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

2.1.1 Economia Solidária

A Economia Solidária (Ecosol) surge como um modelo contrário ao capitalismo, no qual o foco se dá no trabalho coletivo e solidário. Desenvolve-se dentro do capitalismo, entretanto sua forma de trabalho é diferenciada, pois prioriza-se os

valores humanos, garante a autogestão, autonomia e práticas sustentáveis (Nascimento; Pereira; Maroti, 2019).

Schiochet (2009) reforça essa posição ao enfatizar que o princípio da Ecosol está na apropriação pelo coletivo dos meios de produção, na gestão democrática das decisões tomadas pelos seus membros, e no processo coletivo de decisão sobre a destinação da produção, sobre o que fazer com o excedente dessa produção e, ainda, sobre a responsabilidade de todos os envolvidos quanto aos eventuais prejuízos econômicos da organização.

Ainda para o autor, no Brasil, a economia solidária ressurgiu na década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores à crise social ocasionada pela estagnação econômica do país e o processo de acumulação capitalista. No entanto, ganha visibilidade nos anos seguintes quando começa a ser inserida nos debates sobre seu potencial transformador e emancipatório da classe trabalhadora.

Foi uma agenda política sustentada em práticas econômicas concretas: trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e ativaram sua produção por meio da sua organização coletiva e de autogestão; agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços, em contraposição à subordinação à agroindústria capitalista; comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção, compras coletivas e fundos solidários e rotativos de crédito; populações de catadores de lixo (nos lixões e nas cidades) organizaram sua atividade de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas (Schiochet, 2009, p.55).

Então, é diante desse cenário de desemprego, precarização, exclusão, desigualdade, debilidade da luta social e política neoliberal que a economia solidária ganha força, expandindo os empreendimentos econômicos solidários e a própria luta dos movimentos sociais que alinham a luta social à organização econômica das pessoas.

Asseburg e Gaiger (2007) dizem que para diminuir as desigualdades é preciso atacar o problema da transferência de renda e da distribuição da riqueza. Mudar o padrão de concentração obriga um crescimento orientado para determinados setores, e medidas redistributivas concomitantes. Dessa forma, quando as práticas são direcionadas para a ativação econômica dos setores menos favorecidos, e não somente para a melhoria da sua capacidade de consumo, geram-se efeitos benéficos sobre a equidade, o desenvolvimento social e econômico.

Segundo Nascimento, Pereira e Maroti (2019), uma figura de destaque na ES é o professor Paul Singer, que faleceu em 2018. Atuava no curso de economia da Universidade de São Paulo (USP), e foi também secretário da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) durante treze anos. Seu trabalho envolveu as incubadoras de Ecosol, que surgem com o objetivo de transferir tecnologia social, criação de novas práticas, ferramentas, instrumentos de gestão, produção e comercialização.

Nessa perspectiva, as incubadoras buscam melhorar as condições de vida de famílias em situação de vulnerabilidade, ajudando a romper o ciclo da pobreza por meio da economia solidária. Isso se dá através da educação, formação e assessoramento, mediados por princípios cooperativos e solidários. Como é o caso dos empreendimentos econômicos solidários (EES), que representam o núcleo fundamental de constituição do campo. Trata-se das principais formas de auto-organização socioeconômica. Nessa esfera, pode-se alinhar diferentes experiências ou categorias, o que permite distinguir variadas práticas de economia solidária. Tais como bancos populares, cooperativas de crédito, ou as iniciativas que promovam o comércio justo, na perspectiva do cooperativismo popular (França Filho, 2007).

França Filho (2007) destaca, ainda, que no âmbito da universidade a temática da economia solidária é destaque através dos mais variados trabalhos científicos de diferentes instituições e em diferentes níveis, seja na graduação ou pós-graduação, pesquisa e extensão. Essa motivação ao estudo desse assunto gera múltiplas possibilidades de compreensão. Nesse sentido, o autor organiza cinco caminhos para sua discussão:

a) **Com relação ao conceito:** uma maneira significativa de explorar o tema é neste âmbito, pois permite reflexões sobre o sentido da ação econômica na sociedade. O estudo da economia solidária pode desenvolver-se mediante várias abordagens, desde interpretações mais econômicas, assim como visões mais antropológicas. Nessa perspectiva, o objetivo nessa vertente é a compreensão teórica sobre o tema.

b) **Sobre o contexto:** a economia solidária é analisada através das suas manifestações concretas na sociedade e é inserida como problemática relevante do capitalismo contemporâneo. Neste sentido, é importante entender como o tema se

relaciona às questões da atualidade em diferentes contextos sociais, tais como no desemprego, exclusão social, combate à pobreza, estratégia de desenvolvimento local sustentável. O cerne do olhar se volta para uma análise da ES baseada em suas características e práticas em contextos sociais específicos.

c) **Como estudo de caso:** nesse aspecto a economia solidária é estudada através de suas práticas de organização específicas. O objetivo é entender seu funcionamento mais amplo, tendo como base a análise de experiências reais na forma de estudo de caso.

d) **Como metodologia de intervenção:** nesse ponto é abordada como uma tecnologia social, isto é, é um instrumento de promoção de trabalho, renda e desenvolvimento sustentável em áreas caracterizadas por muita vulnerabilidade e exclusão social. Discute-se a ES do ponto de vista operacional, sob o foco da criação de técnicas ou tecnologias sociais que gerem mudanças sociais. Neste sentido, o conhecimento assume um papel prescritivo, com a intenção de sugerir meios de intervenção na realidade.

e) **Como política pública:** essa é uma abordagem mais recente, nela a economia solidária passa a ser discutida como uma política pública, que traz impacto em diversas iniciativas implementadas em diferentes regiões do país e fora dele. Neste aspecto, debate-se o papel desta nova categoria de política pública, bem como seus impactos e resultados alcançados.

Nessa perspectiva, observa-se que a economia solidária é um campo que possui processos e práticas dinâmicas, cujo objetivo é promover a transformação social, por meio de um modelo mais justo, de maneira a possibilitar a inclusão das pessoas que se organizam e trabalham de forma colaborativa.

2.2 INOVAÇÃO SOCIAL

Diversas áreas se debruçam sobre um tipo de inovação específica, nominada como Inovação Social – IS – (Magalhães; Andion; Alperstedt, 2020). O conceito é polissêmico, abarca desde práticas simples, como a melhoria da qualidade de alguns serviços com fins de atender novas necessidades de um público-alvo (Santos; Sano; Souza, 2019), assim como, movimentos baseados na organização coletiva que

podem causar grande impacto em determinados espaços (Bittencourt; Ronconi, 2016). Logo, por essa multiplicidade de conceitos da inovação social, considera-se importante encontrar caminhos que sirvam de base para o estudo em questão.

De acordo com Bignetti (2011), a amplitude do conceito de inovação abarca as inovações de caráter organizacional e de mercado. Os estudos se concentram principalmente na tradicional inovação tecnológica, de processos e produtos numa perspectiva schumpeteriana.

Entretanto, a partir dos estudos, a inovação social surge como uma das formas de se buscar alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana, mesmo com a amplitude dos problemas e da grande preocupação com respeito às limitações da estrutura de mercado que traz desigualdades. Bignetti (2011) traz um importante conceito de IS sobre essa perspectiva, e a define:

Como resultado do conhecimento aplicado às necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (Bignetti, 2011, p.3).

Nesse sentido, para Bittencourt e Ronconi (2016), a inovação social é vista como um mecanismo de fomento para os diferentes atores que apoiam a inovação no sentido de torná-la uma política pública que incentive o desenvolvimento do território.

Essa compreensão de Território é vista “como o território usado, no sentido explicitado por Milton Santos que se constitui materialmente e imaterialmente como um todo complexo, que inclui todos os atores, todas as existências, todos os aspectos, todos os objetos e todas as ações” (Bittencourt; Ronconi, 2016, p. 5). Essa ligação da inovação social com o local é muito presente e, deste modo, torna-se resultado de um processo de organização coletiva em coprodução no qual gera resultados sobre os problemas públicos em determinado ambiente, com ou sem a participação do Estado (Magalhães; Andion; Alperstedt, 2020).

Desta forma, quando a inovação social funciona em rede impulsiona as iniciativas de economia social, por exemplo. Não há como pensar em inovação sem cooperação. Sobretudo no formato reticular, pois várias dessas iniciativas são inovações que levam a processos sociais que só são possíveis se estiverem organizadas dessa maneira. Onde, os processos sociais possibilitam melhores interações entre seus atores e a inovação (Bittencourt; Ronconi, 2016).

Na perspectiva da disseminação de inovações e políticas públicas para desenvolvimento local, Farah (2008):

A inovação é entendida como o resultado de um processo de criação coletiva que não se encerra com sua adoção em determinado local (original), sendo antes uma solução aberta, para cuja construção contribuem todos os que a adotam, por meio de mudanças incrementais e constantes (Farah, 2008, p.8).

Ainda conforme Farah (2008) a inovação trata-se da capacidade de dar uma resposta a novos problemas ou de dar uma resposta a velhos problemas de uma forma nova e bem-sucedida. No caso do Brasil, isso se torna latente, haja vista os mais variados problemas historicamente enfrentados pela população mais carente.

As desigualdades fazem o país ocupar posições muito elevadas no ranking de desenvolvimento humano, o que traz grandes desafios quando se pretende resolver os problemas que envolvem a educação, moradia, segurança, trabalho e renda, dentre outros. Nesse cenário de vulnerabilidade social e total desigualdade, com concentração principalmente nas regiões norte e nordeste, surgem práticas de inovação social (Firmino; Machado, 2019).

Por esta razão, empoderar as pessoas em situação de vulnerabilidade pode ser um caminho. O empoderamento pode tornar-se uma prática de inovação social quando possibilita aos indivíduos um processo de busca por sua autonomia e autodeterminação, desenvolvendo o poder pessoal, tendo como apoio profissionais e agentes externos. Como ocorre, por exemplo, nas experiências realizadas pelas Organizações da Sociedade Civil – OSCs – kleba e Wendausen (2009) e Gonzalez-Mena (2015 *apud* Firmino; Machado, 2019).

Mudar, inovar, repensar, estar em movimento, ou pelo menos parecer, transformou-se em algo imperativo na atualidade, sobretudo diante das expressivas dificuldades que assolam a humanidade, quanto ao bem-estar e qualidade de vida sem destruir os diferentes ecossistemas socioculturais e naturais. Logo, urge a necessidade de difundir inovações sociais que gerem mudanças nos níveis de consciência individual, coletiva e social (Abad; Ezponda, 2019).

Os autores também chamam atenção para o conceito de inovação social e sua relação com os demais tipos de inovação:

En la medida en que toda innovación es un proceso eminentemente social, las fronteras entre los diferentes tipos de innovación son también muy difusas. La diferenciación entre diferentes tipos de innovación puede tener una utilidad analítica, esto es, pueden establecerse tipos ideales, pero también precisamos marcos de análisis capaces de capturar tanto los puntos de interconexión y ensamblaje, como de desajuste y desconexión que puedan existir entre todos ellos (Abad; Ezponda, 2019, p. 5).

Destaca-se, assim, conforme os autores, que se faz necessário estabelecer do ponto de vista da análise, os marcos que definem as interconexões e limites de cada tipo de inovação, entendendo que toda inovação se constitui a partir de um processo social.

2.2.1 Delineamento da inovação social: propostas analíticas

Até aqui pode-se ver diferentes autores e conceitos que trazem definições de inovação social, diferenciando-a da inovação tecnológica e econômica, além de destacar seu papel importante nas mudanças sociais, através de práticas que visam a transformação coletiva e o desenvolvimento local. Para trazer uma análise mais palpável da IS algumas propostas analíticas ajudam a estabelecer marcos.

Bignetti (2011) salienta que é importante conceber a diferenciação entre as concepções schumpeterianas e neoschumpeterianas tradicionais, que se baseiam na ideia de resultado econômico e de lucro, das inovações sociais cujo enfoque se dá para as questões sociais.

Contudo, o autor ressalta que, embora dicotômicas, há entre inovação tecnológica e inovação social, certa permeabilidade. Logo, no quadro abaixo, proposto por Bignetti (2011), ressaltam-se alguns aspectos distintivos com relação ao conceito de IS (Quadro 2).

Quadro 2 - Aspectos conceituais distintivos da IS

Autor	Conceito
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.
Dagnino e Gomes (2000, in Dagnino et al, 2004)	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma

	situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Standford Social Inno- vation Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert et al. (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e empowerment) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan et al. (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Phills et al. (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.
Murray et al. (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

Fonte: Bignetti (2011)

Todavia, destaca-se o que França Filho (2018), no intuito de evitar o que chama de banalização do conceito de IS, e dar a devida profundidade que a discussão merece, sintetiza em seu artigo *Inovação social e incubação tecnológica em economia solidária: na fronteira de um outro paradigma em CT&I?*

O autor fornece, no que concerne ao delineamento da base analítica para este estudo, *dois* aspectos importantes que orbitam a temática. Sendo eles, as iniciativas que dialogam com a tendência mercantil da inovação, ou seja, aquelas que acreditam num diálogo com os anseios do mercado. E o outro, são aquelas iniciativas desvinculadas dessa estrutura mercadológica, mais próximas de ações em que as práticas são produzidas pelos próprios movimentos sociais, permitindo novos paradigmas, conforme reforçam Oliveira, Addor e Maia (2018):

A inovação social irá buscar soluções inovadoras destinadas aos problemas ou necessidades sociais de determinado grupo ou sociedade. Seu diferencial consiste em não ter como objetivo principal o “sucesso econômico” de determinada organização ou ainda gerar lucro a empresários ou atender à lógica de competição do mercado. A inovação social visa contemplar um território, uma organização ou ainda um contexto mais amplo, como um movimento social (Oliveira; Addor; Maia 2018, p.58).

Ainda de acordo com Oliveira, Addor e Maia (2018) é importante apontar o que diz França Filho (2018) sobre os quatro aspectos para se analisar a inovação social nas ITES: a finalidade, o modo de acesso, o modo de uso ou apropriação pelos utilizadores e o modo de geração ou origem.

A priori, a *finalidade* da inovação social deve ser atender às necessidades sociais. Para isso, os critérios econômicos de mercado devem se subordinar ou se sujeitar a outros, cujos critérios estão definidos a partir de valores de cooperação e solidariedade (Oliveira; Addor; Maia 2018).

Entretanto, neste aspecto, ressalta-se que muitas instituições de mercado colocam que seus produtos e serviços são para atender demandas sociais, logo, somente o aspecto finalidade não contempla o discernimento da natureza da inovação. Desta forma, deve-se analisar os outros aspectos (França Filho, 2018).

O segundo parâmetro, explicitado pelo autor, refere-se ao *modo de acesso*, esse princípio explica como a inovação chega até as pessoas ou como ocorre seu acesso. Seja pelo serviço público, ofertado por instituições públicas de governo, no qual o público preenche os critérios da política ofertada e tem sua necessidade social atendida, ou pelo acesso através de um serviço ofertado pela própria sociedade, através de organizações da sociedade civil, cooperativas populares ou associações locais.

Neste segundo aspecto, a lógica de mercado é ressignificada, os mecanismos de regulação são organizados pela própria sociedade, garantindo o comércio justo e solidário. Destoando do mercado mais restrito, onde a inovação possui preço, e prioriza o consumo, ocasionado a limitação ao seu acesso.

Nos dois parâmetros iniciais, a concepção volta-se para a terminologia beneficiários ou usuários da inovação. Neste sentido, não se utiliza o termo consumidores, para que não se delimite quem pode acessá-la, prevalecendo o alcance da inovação para todos os indivíduos da sociedade. Como terceiro aspecto,

França Filho (2018) trata sobre o *modo de uso ou apropriação pelos utilizadores* da inovação.

O autor destaca que é esse parâmetro que vai assegurar se a inovação ocorre efetivamente. Nele, distingue-se o modo técnico do modo social de apropriação da inovação. O primeiro, não leva em conta o contexto nem as características das pessoas. Sua ênfase está na padronização do uso. No segundo, caracteriza-se como socialmente apropriado, onde são respeitados os aspectos socioculturais e contextos em que a inovação está inserida.

Logo, para que uma determinada solução social surta efeito de fato na vida das pessoas, é importante observar as vinculações do aspecto técnico contido na inovação, no que se refere a sua gestão, manuseio, *modus operandi* e apropriação (França Filho, 2018).

A dimensão social quanto a dimensão técnica estão presentes nos dois modos de uso da inovação, mas estabelecendo relações inteiramente distintas. O modo técnico de apropriação da inovação comporta necessariamente uma dimensão social, pois não haveria exercício de uma técnica independentemente de uma dada relação social (França Filho, 2018, p.226).

O último parâmetro que o autor destaca, refere-se à compreensão de como a inovação foi gestada ou como foi seu processo de surgimento, ou seja, seu *modo de geração ou origem*. O autor caracteriza esse surgimento de diferentes maneiras: numa lógica “de cima para baixo” ou “de fora para dentro” e uma lógica “de baixo para cima” ou “de dentro para fora”. Essa diferenciação, segundo ele, é importante para entender se a inovação foi concebida no próprio ambiente onde as pessoas estão inseridas ou se ocorre a partir de uma intervenção institucional externa.

Um outro aspecto é o da democratização da relação de parceria, baseada no diálogo e uma escuta sensível de agentes internos e externos (*insiders e outsiders*). Prática utilizada, por exemplo, nas parcerias ou vínculos institucionais distintos, assim como ocorre entre a universidade e as comunidades nos processos de incubação tecnológica em economia solidária.

As propostas apresentadas por França Filho (2018) despertam a atenção para a impossibilidade de pensar inovação social sem refletir sobre o processo de construção e apropriação da tecnologia, uma vez que isso

poderia transformar soluções em ações pontuais e paliativas, incapazes de oferecer respostas à superação de suas causas. Esse argumento se funda na ideia de que a tecnologia não pode ser entendida como um artefato isolado, mas sim como um sistema sociotécnico, como construções sociais que incorporam os valores e os interesses do contexto no qual são desenvolvidas (Oliveira; Addor; Maia 2018, p.59).

No Quadro 3, observam-se os marcos conceituais da inovação estabelecidos por França Filho (2018).

Quadro 3 - Tipologias de inovação

Natureza da inovação e seus critérios	Tecnológica	Social
Finalidade	Econômica	Social ou não econômica
Modo de acesso	Mecanismo de mercado	Mecanismo público via Estado ou via sociedade
Modo de uso/apropriação	Técnico	Social
Proveniência	Exógeno	Endógeno ou Endógeno/Exógeno

Fonte: França Filho (2018, p.227)

Deste modo, para além da tentativa de estabelecer as fronteiras entre os dois conceitos, e reforçando a preocupação com a não banalização da inovação social, sugerindo uma compreensão mais rigorosa, esta posição reforça quatro conclusões para França Filho (2018):

a) no que se refere à finalidade, a inovação social não tem como primeiro foco o intuito econômico de mercado. Pois, atende a objetivos não econômicos, ainda que haja a captação de recursos econômicos, estes são direcionados para uma atividade em que os critérios de mercado estão subordinados ou se sujeitam aos intuitos baseados na cooperação e solidariedade;

b) na lógica de acesso, a inovação social não se torna acessível ao público via mecanismos, critérios e condições de mercado, à exceção quando a lógica de mercado é ressignificada e sua regulação é realizada pela sociedade, como no caso do comércio justo ou das finanças solidárias. Neste aspecto, a inovação social é

acessada via serviço público ou pública privada de interesse público, dentre elas as mais diferentes iniciativas de auto-organização da sociedade;

c) quanto ao seu modo de uso ou apropriação, a inovação social não é caracterizada pela padronização de forma ou técnicas de uso, no que diz respeito a determinados comportamentos sociais. Ela precisa de uma efetiva participação da comunidade com relação ao seu uso pelos indivíduos;

d) com relação à origem ou procedência, a inovação social não pode ser gestada por indivíduos ou instituições que não estejam inseridos em seu contexto de uso.

Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019), por sua vez, propõem uma análise multidimensional da IS. Para eles, no processo de compreensão da inovação social surgem diversas classificações quanto às suas dimensões. E apresentam em seus estudos sobre desenvolvimento local, a partir do modelo de Tardif e Harrisson (2005), estudiosos do CRISES (Centre de Recherche sur les Innovations Sociales), no Canadá, e Maurer (2011), as cinco dimensões analíticas para identificar inovações sociais. Sendo elas: **Transformação, Caráter Inovador, Inovação, Atores e Processos** (Quadro 4).

Quadro 4 - Dimensões analíticas da Inovação Social

Dimensão Transformação	Dimensão Caráter Inovador	Dimensão Inovação	Dimensão Atores	Dimensão Processos
<i>Micro contexto</i>	<i>Modelo</i>	<i>Escala</i>	<i>Social</i>	<i>Modo de coordenação</i>
Crise	De Trabalho	Local	Movimentos Cooperativos/comunitários	Avaliação
Ruptura	De desenvolvimento			Participação
Descontinuidade	De Governança	<i>Tipos</i>	Comunidades	Mobilização
Modificações estruturais	Quebec	Técnico	Sociedade civil	Aprendizado
		Sociotécnico	Sindicatos	
	<i>Economia</i>	Social		<i>Meios</i>
<i>Econômico</i>	Do Saber / conhecimento	Organizacional	<i>Organizações</i>	Parcerias
Emergência	Mista	Institucional	Empresas	Integração
Adaptação	Social		Economia social	Negociação
Relações trabalhistas / Relações de		<i>Propósito</i>	Organizações	Fortalecimento

Produção e Consumo				
	Ação social	Bem comum	Organizações coletivas	Difusão
	Ensaaios	Interesse geral	Destinatários	
	Experimentos	Interesse coletivo		Restrições
	Políticas	Cooperação		Complexidade
Social	Programas		Instituições	Incerteza
Recomposição	Arranjos Institucionais		Estado	Resistência
Reconstrução	Regulamentações sociais		Identidade	Tensão
Exclusão/ marginalização			Valores e normas	Compromisso
Prática				Inflexibilidade institucional
Mudança			Intermediários	
Relações sociais			Comitês	
			Redes sociais/ de Aliança/ de inovação	

Fonte: Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019, tradução nossa), a partir do modelo de Tardif e Harrisson (2005) e Maurer (2011)

O entendimento da IS permite a classificação de suas mais variadas dimensões, que por sua vez são analisadas pelos estudiosos através de cenários mais específicos e estudos já realizados. São verificados no modelo apresentado que o processo de inovação ganha força, através da participação de todos os atores e das observações daquilo que pode limitar a implementação da inovação social, alterando o alcance do projeto inovador. Essas dimensões abrangem o processo de inovação social em sua origem, desde a concepção até a avaliação das atividades implementadas, observando o que pode ser aprimorado e gerar a potencialização dos objetivos que se quer alcançar, sendo esse movimento um processo de aprendizagem que afeta diretamente os envolvidos (Souza; Lessa; Lázaro da Silva Filho, 2019).

Na **Dimensão Transformação**, Tardif e Harrisson (2005) de acordo com Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019), deteram-se na observação das mudanças que ocorrem durante o processo, dando destaque às crises, rupturas e conceitos, numa escala macro e micro. Esses elementos impulsionam a IS. As mudanças no que se referem aos aspectos econômicos e sociais compõem o campo de análise dessa dimensão. Com relação à **Dimensão Caráter Inovador** Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019) ressaltam que Tardif e Harrisson (2005) atribuem às inovações

soluções às crises e observam que novas soluções para que sejam consideradas inovadoras devem observar os meios e condições as quais surgem. Nesse campo, faz-se necessária a construção de novos arranjos institucionais e convenções sociais. Desta maneira, pode ser visto sob três perspectivas:

- a) **Modelo**, refere-se ao adotado pelas ações sociais;
- b) **Economia**, está relacionada ao tipo escolhido pela inovação social em questão;
- c) **Ação Social**, contempla as iniciativas, experiências e ações que induzem a inovação.

Na **Dimensão Inovação**, Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019) apontam que Tardif e Harrisson (2005) elencam os diferentes tipos de experimentos de inovação social, tais como: **a) o técnico**, quando a inovação usa a tecnologia para melhorar a vidas das pessoas; **b) o sociotécnico**, quando há a junção dos interesses das organizações e as demandas sociais; **c) o social**, quando refere-se aos atores que atuam na inovação; **d) o organizacional**, que surge dentro das organizações; **e) os institucionais** que tem origem a partir de ações promovidas pelo Estado. Logo, as inovações sociais podem representar: o bem comum, o interesse geral, o interesse coletivo e a cooperação (Souza; Lessa; Lázaro da Silva Filho 2019, p.8).

Ainda para Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019), a **Dimensão Atores** vai ser a responsável por destacar a inovação social, pois está vinculada à aprendizagem coletiva, através da multiplicidade dos indivíduos envolvidos, bem como suas distintas características. Nesta dimensão, leva-se em consideração a heterogeneidade das pessoas que estão diretamente relacionadas com a inovação e as relações que estabelecem.

Fechando o quadro das dimensões, a **Dimensão Processo** refere-se às etapas que impactam no projeto inovador (Souza; Lessa; Lázaro da Silva Filho 2019). Segundo os autores, Tardif e Harrisson (2005) estabelecem essa dimensão como sendo a ferramenta mais importante para que a inovação ocorra. Pois, através dela é possível entender as complexidades, incertezas, bem como as possíveis dúvidas do funcionamento; identificar resistências, tensões e rigidezes institucionais que envolvem o processo de inovação.

Andrade e Valadão (2020), por sua vez, trazem três características principais interrelacionadas que Moulaert *et al.* (2005, p.1976 *apud* Andrade; Valadão, 2020) observam na definição da IS. A primeira, refere-se às necessidades humanas, que seriam as necessidades básicas alienadas que variam bastante entre sociedades e comunidades; a segunda, mudança nas relações sociais, seria o aumento da participação de grupos considerados socialmente desfavorecidos através da governança; a terceira, o aumento da capacidade sociopolítica e acesso a recurso, diz respeito a sua capacidade de empoderamento.

Ainda de acordo com os autores, além dessas três características apresentadas, no intuito de encontrar os diferentes elementos que dão suporte para a análise relacional e processual da IS, destacam-se quatro dimensões condutoras, conforme o

Quadro 5.

Quadro 5 - Dimensões condutoras da Inovação Social

DIMENSÕES	SÍNTESE
NATUREZA	Para Cloutier (2003) a natureza da IS é definida por sua forma a partir de três elementos: tangibilidade; novidade e objetivos perseguidos. Considera-se um <i>continuum</i> material-imaterial da IS, identificado em práticas, serviços, modos de fazer e organizar a ação, regras de conduta e regulação, podendo ser caracterizada como tecnologia ou dispositivo. Ao mesmo tempo em que se reconhece o seu caráter inovador pelo alcance dos objetivos perseguidos. Andrade (2015), considera os seguintes elementos para delimitar os objetivos perseguidos e caracterizar o caráter inovador (novidade) da IS: a) desenvolvimento de ações direcionados à inclusão social (voltada a capacitação dos mais 'fracos'); b) iniciativa que escape da ordem estabelecida propondo uma mudança qualitativa e o desenvolvimento de alternativas; c) envolve a mobilização das pessoas e tecnologias orientadas à capacitação e o empoderamento de agentes. Também se considera aquilo indicado por André e Abreu (2006) quanto ao foco da mudança proposto, seus âmbitos e domínios e quais as barreiras enfrentadas que permeiam a experiência.
ESTÍMULOS	Cloutier (2003) define essa dimensão como um processo que se relaciona à aprendizagem e criação de conhecimento, favorecendo a cooperação por meio de redes de atores multidisciplinares e participação ativa. Conforme André e Abreu (2006), trata-se de estímulos para cooperar que se referem a superar adversidades e riscos, enfrentar desafios e aproveitar oportunidades. De acordo com Andrade (2015), esses estímulos para a cooperação e aprendizagem emergem por meio de uma construção social local que promove a capacitação de agentes para encontrar soluções para os seus problemas. Por sua vez, Howaldt e Hochgerner (2018) indicam que esses problemas também devem ser compreendidos em relação aos objetivos, demandas sociais e desafios da

	sociedade mais ampla e às mudanças sistêmicas nos quais estão implicados de modo a revelar a ambivalência na qual a IS se processa.
ATORES	Conforme Cloutier (2003), os atores são os protagonistas da IS ao agregar multidisciplinarmente suas ações. Howaldt e Hochgerner (2018) propõe que, além de atores individuais, essa dimensão deve também considerar as redes e os governos, indicando suas funções, papéis e os novos conceitos que aportam. Por sua vez, Andrade (2015), salienta a capacidade de agência coletiva e propõe considerar a variedade de atores envolvidos em redes de coprodução e sua capacidade para gerar novas práticas na transformação de relações de poder, alinhada ao entendimento de André e Abreu (2006) de que a IS não pode distanciar-se das questões de poder.
RECURSOS, CAPACIDADES E DINÂMICAS	Andrade (2015), André e Abreu (2006) e Howaldt e Hochgerner (2018) destacam-se que os recursos e capacidades se orientam pela construção coletiva e empoderamento das pessoas, podendo ser permeada por conflitos, bem como a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, Domanski e Kaletka (2018) destacam que as capacidades dependem da cooperação dos atores em rede, envolvidos no compartilhamento de conhecimentos por meio de dinâmicas variadas para transferir, reaplicar e obter escala de soluções e dispositivos criados.

Fonte: Andrade e Valadão (2020, p.147)

2.2.2 A inovação social nos empreendimentos de economia solidária incubados em ITCPEs

Conforme Nascimento e Pinto (2024) a economia social e solidária, a inovação social e o empreendedorismo social são propostas que visam gerar processos de mudanças e transformações em situações específicas através de soluções inovadoras. Em meio a configuração de exclusão financeira e social e degradação ambiental, movimentos de Economia Social e Solidária (ESS) se sobressaem como respostas que caminham em direção à inclusão e geração de trabalho e renda. Neste sentido, no intuito de corrigir possíveis desequilíbrios gerados pela lógica capitalista e promover mudanças no âmbito econômico, social e ambiental, emergem também práticas de inovação social.

De acordo com Bouchard (2012) *apud* Nascimento e Pinto (2024), uma inovação social (IS) é uma intervenção que começa motivada por atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, dar uma solução ou a partir de uma ação modificar as relações sociais, transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais.

Silva Perim e dos Santos (2016) apontam que o caminho da solidariedade, da cooperação, da autogestão, da oportunidade de trabalho e renda para todos são alternativas para a inclusão dos indivíduos na sociedade. Nesta perspectiva, empreendimentos com essas configurações trazem emancipação de seus integrantes tornando-se espaços propícios para que a inovação social se manifeste e dissemine-se.

Dessa forma, indo na direção a essa contextualização e aproximando-se do objeto de estudo, é importante destacar que as ITCPS são ambientes de incubação e promotoras de inovação social, pois sua essência está vinculada a uma proposta inclusiva. Nesse sentido, França Filho (2018) diz que as práticas de economia solidária se constituem em um campo propício para a inovação social, potencializada através das iniciativas de incubação nas ITES. O autor define cinco traços da inovação na economia solidária:

- a) **O primeiro traço**, refere-se ao caráter coletivo das iniciativas, onde as práticas não se confundem com o empreendedorismo privado, com foco na iniciativa individual. Embora existam ações individuais, o objetivo maior sempre será o bem coletivo, através de um nível de associação mais abrangente. Neste aspecto, a inovação social objetiva qualificar a ação empreendedora a partir de uma compreensão de que a solução para os problemas sociais pode ser mais sustentável quando pensada por vários indivíduos.
- b) **O segundo traço** destaca que as iniciativas coletivas devem pressupor processos de aprendizagem de governança democrática. Neste sentido, a inovação social leva a processos de mudança ou construção de uma cultura política democrática, pela sua lógica processual, mas também por sua dimensão de aprendizagem. Reforça neste aspecto a ideia de autogestão, além disso, busca envolver as diferentes maneiras e arranjos institucionais, de acordo com os diferentes tipos de redes ou desenhos institucionais.
- c) **O terceiro traço** fala sobre o enraizamento territorial. Nele, a inovação social não pode ser concebida sem que as características socioculturais,

socioeconômicas ou sociopolíticas de determinado contexto sejam levadas em consideração. A sua tecnologia deve ser apropriada à realidade local. Logo, a economia solidária proporciona as articulações necessárias através de arranjos institucionais para que esses territórios se desenvolvam.

- d) **O quarto traço** é a mobilização de saberes locais. Nesse aspecto, a inovação social através da economia solidária valoriza o conhecimento e os saberes disponíveis nos contextos das populações onde as práticas surgem. Esse saber local interage com o saber científico ou técnico, que chega ao território através do agente que começa a interagir nessa relação. Ou seja, há uma interação na perspectiva transdisciplinar, que culmina na produção de um conhecimento-síntese gerado a partir do diálogo respeitoso entre saberes distintos. Rejeita-se nesse modo o conceito de transferência tecnológica e enfoca-se na construção de soluções locais através de valores éticos estabelecidos entre os agentes envolvidos.
- e) **O quinto traço** da inovação social através da economia solidária trata sobre a dimensão psicossocial da prática, ou seja, diz respeito aos processos de reconhecimento das pessoas envolvidas. São, desse modo, motivados por processos de transformação pessoal na base das transformações institucionais que são evocadas. Essa dimensão do reconhecimento, da intersubjetivamente entre os sujeitos, é resultado da dinâmica de reconhecimento do local, de sua cultura, de seus saberes, assim como das relações com base em princípios de autonomia e diálogo. Sobretudo em contextos de grande vulnerabilidade socioeconômica esse reconhecimento é importante e faz com que a inovação social aflore.

Pereira *et al.* (2019) no trabalho *Economia solidária no estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas* trazem alguns aspectos importantes sobre a idealização da incubação na ITCPES/UFRR. Os autores destacam que a conquista da condição de emancipação e autonomia, seja na

dimensão social, como na dimensão econômica, foi alcançada através da operacionalização de atividades como:

- a) Desenvolvimento de processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários em Roraima em redes de cooperação;
- b) formação e qualificação no âmbito da gestão, da técnica e da inovação para os empreendimentos (cooperativas e associações), concedemos máquinas, equipamentos e utensílios a fim de possibilitar o fortalecimento das experiências coletivas nas áreas econômica, contábil, do direito, do serviço social, educacional, produtivo e de comercialização, dentre outras que se fizeram necessárias;
- c) articulação entre as atividades da pesquisa e extensão por meio da construção coletiva de tecnologia social. Por fim, fortalecemos, com o fomento CNPq, a política pública de economia solidária em Roraima (Pereira *et al.*, 2019, p.13)

Deste modo, a ITCPES/UFRR trabalha em dois principais eixos. O primeiro, trata sobre a incubação de EES e a formação das pessoas que estão inseridas nesses espaços, por meio do assessoramento técnico-gerencial, a construção coletiva de tecnologias sociais, assim como, a oferta de cursos, seminários, rodas de conversa, visitas técnicas etc.

O segundo eixo, evidencia o trabalho da ITCPES/UFRR junto à sociedade civil. Sobretudo, em ações voltadas para a geração de trabalho e renda para populações vulneráveis social, econômica e ambientalmente (Pereira *et al.*, 2019).

Assim, ao relacionar o desenvolvimento humano, social e ambiental, as ITCPs destacam-se como agentes que promovem inovações sociais e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, aprofundar os estudos sobre as dinâmicas nesses espaços, bem como observar seus impactos, possibilitam uma melhor compreensão de suas potencialidades e desafios.

2.2.3 Modelo analítico da IS para aplicação na ICTPES/UFRR

A partir da revisão conceitual realizada neste trabalho, especialmente das contribuições de França Filho (2018), Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019) e Andrade e Valadão (2020), propõe-se um modelo analítico próprio com quatro dimensões principais: Transformação, Atores, Capacidade Inovadora e Forças e Limitações.

Essas dimensões foram construídas a partir de elementos conceituais recorrentes sobre inovação social e organizadas para interpretar criticamente as atividades desenvolvidas na incubadora, conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Modelo analítico da IS na ITC PES

DIMENSÃO	DEFINIÇÃO	ASPECTOS	AUTOR
TRANSFORMAÇÃO	• Observa os Impactos socioeconômicos nos territórios e a capacidade de empoderamento e autonomia gerados nos indivíduos.	• inclusão • empoderamento • autonomia • mudança nas relações	França Filho (2018); Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019).
ATORES	• São os indivíduos ou agentes principais que atuam de forma coletiva e engajada para promover a IS.	• organização coletiva • coprodução • cooperação • governança • novas práticas • aprendizagem coletiva	Andrade e Valadão (2020); Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019); França Filho (2018).
CAPACIDADE INOVADORA	• Trata da originalidade e novidade das soluções sociais apresentadas em contextos específicos.	• sustentabilidade • geradas no contexto • participação da comunidade • tecnologias sociais	França Filho (2018); Andrade e Valadão (2020).

FORÇAS E LIMITAÇÕES	São as condições estruturais, institucionais e financeiras que afetam o desenvolvimento da IS e geram tensões.	- financeiro - estrutural - institucional	Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019); Andrade e Valadão (2020); França Filho (2018).
----------------------------	--	---	---

Fonte: elaborado pelo autor (2025), com base em França Filho (2018) Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019) e Andrade e Valadão (2020)

No que tange à **Dimensão Transformação** observa-se os impactos socioeconômicos que são gerados pela incubadora nos territórios e seus reflexos no empoderamento e autonomia dos indivíduos assistidos. Os aspectos relacionados à inclusão social e econômica das pessoas em vulnerabilidade, do ponto de vista do trabalho e na sociedade são o foco. Com relação ao empoderamento, busca-se observar como os participantes assistidos pela incubadora adquirem autonomia para se tornarem capazes de gerir ou transformar sua situação socioeconômica. Assim como, se há mudanças nas relações sociais, a partir de novas dinâmicas que se estabelecem por meio da participação coletiva.

Na **Dimensão Atores** analisa-se os atores envolvidos e as práticas de governança coletiva que se estabelecem para a inovação social. Tem por objetivo verificar como a incubadora contribui para que os indivíduos se organizem e se dediquem a buscar por soluções em um processo de coprodução e organização coletiva. Ainda, observa como ocorrem os processos de governança do ponto de vista democrático e participativo, baseados na autogestão e no desenvolvimento de uma cultura de solidariedade.

No caso da **Dimensão Capacidade Inovadora** analisa-se a originalidade e a utilidade das soluções colocadas em prática pela incubadora, com o objetivo de promover adequações aos contextos dos indivíduos, avaliando se as soluções produzidas são sustentáveis e atendem social e economicamente os usuários. No que se refere à tecnologia utilizada, verifica se esta tem uma finalidade social, se é

inovadora, viável, acessível e sustentável. Além de avaliar o engajamento e a contribuição da comunidade no processo de inovação.

Já a Dimensão **Forças e Limitações** tem por objetivo identificar os pontos fortes e os desafios no que se refere ao processo de inovação social, levando em conta alguns aspectos como a estrutura organizacional e financeira, a questão dos recursos disponíveis para a sustentabilidade das atividades desenvolvidas, bem como os fatores estruturais que integram o processo na incubadora. Avalia, do ponto de vista institucional, as relações internas e externas, assim como as tensões geradas a partir limitações encontradas.

Desse modo, o modelo analítico apresentado traz uma abordagem estruturada e ampla para se analisar a contribuição da ITCPES/UFRR na promoção da inovação social. O quadro criado do ponto de vista teórico-metodológico reúne aspectos relacionados aos impactos, atores, capacidades e condições estruturais, possibilitando a identificação de práticas de sucesso assim como os desafios enfrentados. Neste sentido, objetiva-se ter um panorama global das ações da incubadora, bem como observar as mudanças concretas nas condições de vida, relações sociais e desenvolvimento das comunidades assistidas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

No que se refere ao tipo de pesquisa, este estudo é descritivo e exploratório desenvolvido sob uma abordagem qualitativa, uma vez que objetiva analisar como as atividades desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES) da Universidade Federal de Roraima têm relevância para o desenvolvimento da inovação social no estado de Roraima.

Com relação ao estudo descritivo e exploratório, Marconi e Lakatos (2021) diz que essas perspectivas de investigação têm por objetivo descrever um fenômeno em sua totalidade, para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. No que se

refere à pesquisa qualitativa, Gil (2021) destaca que essa abordagem evidencia as qualidades dos sujeitos e dos processos que não estão postos na forma de quantidade, intensidade ou frequência. Vai mostrar como se deu o processo de construção social da realidade e as relações entre o pesquisador e o que é estudado.

Por fim, como estratégia de pesquisa, se utilizará o estudo de caso, conforme descrição no tópico seguinte.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Para este estudo, buscando melhor compreender o caso selecionado, responder o problema do estudo, assim como orientar novas pesquisas, elegeu-se como método o estudo de caso instrumental. O estudo de caso permite que os investigadores foquem um “caso”, numa perspectiva holística e do mundo real, em pequenos grupos ou processos organizacionais e administrativos (Yin, 2015, p.33).

Yin (2015) diz, ainda, que o estudo de caso está diretamente ligado à inquietação em responder às questões atuais da sociedade, “como” ou “por que” algum fenômeno social funciona. Para o autor, se a pesquisa caminha nesta direção, mais relevante será a escolha por esse método.

Corroborando para este pensamento, Stake (1994) *apud* Godoy (2012), quando diz que esse método não pode ser entendido sob a ótica de uma escolha metodológica, mas sobretudo como a escolha de um único objeto para estudo: um indivíduo, um programa, uma organização ou um grupo social específico, que possuem semelhanças quanto ao ambiente e suas experiências.

Com relação ao tipo de estudo de caso escolhido nesta pesquisa, Ventura (2007) destaca que o estudo de caso **instrumental** busca examinar um caso de maneira mais ampla, para responder questões, orientar estudos ou ser usado como modelo para pesquisas posteriores, por esta razão, este método em específico. Neste estudo, o tipo é apropriado pois buscou-se analisar especificamente como as atividades desenvolvidas pela ITC PES contribuem para o desenvolvimento da inovação social em Roraima.

Ainda para Ventura (2007), os estudos de casos tornam-se vantajosos porque possibilitam novas descobertas, através de um planejamento flexível e com procedimentos mais simples, mostram as mais variadas faces de um problema, permitindo uma análise mais profunda dos processos, bem como observa as relações existentes entre eles.

3.4 COLETA DE DADOS

Para este estudo foram utilizadas como técnicas de coleta de dados, conforme Gil (2022), **a pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e a observação participante**. A pesquisa documental é o tipo de pesquisa que analisa documentos organizacionais que ainda não tenham sido trabalhados nesse sentido, como no caso de relatórios em que se pode encontrar dados sobre uma instituição (Gil, 2022). Neste sentido, acessou-se Relatórios de Extensão, material formativo em *PowerPoint*, Projeto Técnico, Relatório do Proninc, além de fontes digitais como os sítios de internet da UFRR, COOPANA e COOF ECS, descritos no *quadro 7*. No caso das entrevistas semiestruturadas, estas dão clareza à descrição de um levantamento de dados e de sua interpretação, contribuindo em profundidade para a compreensão do fenômeno e permitindo o fornecimento de valiosas informações para colaborar na explicação dos achados científicos (Bauer e Gaskell, 2002). Ainda para autores, as entrevistas semiestruturadas são um método conveniente e estabelecido de pesquisa social. Os textos, da mesma forma que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e muitas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam.

Neste caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas no mês de fevereiro e março de 2025, nos dias 17, 18, 21 e 03, no campus Paricarana da UFRR e externamente. Duas delas ocorreram na própria ITC PES, uma no INSIKIRAN (Instituto de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima) e outra, externamente à instituição. Totalizando quatro entrevistas. Contactou-se os entrevistados, via aplicativo de mensagens, e, os mesmos, prontamente, agendaram o dia, horário e local para a realização das entrevistas.

Todos os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), que continha as principais informações sobre a pesquisa, cuja concordância em participar deu-se através da assinatura do referido termo. Destaca-se que todos foram muito receptivos e gentilmente colocaram-se à disposição para contribuir como o estudo.

Com relação à observação participante, esta consiste na participação do pesquisador nas atividades diárias relacionadas a uma área da vida social, com o intuito de estudar aspectos de vida por meio da observação no próprio contexto. Envolvendo-se nas atividades diárias da comunidade, grupo ou contexto estudado (Maretto, 2018), como é caso do pesquisador deste estudo, que trabalha no local em que a pesquisa foi realizada, vivenciando e extraindo percepções em seu cotidiano de trabalho na instituição.

Quadro 07 – Material da pesquisa documental

Documentos analisados	Ano	Tipo
Relatórios de Extensão ITCPES	2021–2022	Relatórios institucionais internos
Relatório Proninc	2017	Documento nacional
Projeto Técnico das Camponesas do Lavrado	2021–2022	Projeto de Extensão- documentos internos
Formulário de Ação de Extensão CCR	2023	Documento interno
Apresentação da ITCPES em PowerPoint	-	Material formativo interno
Sítios de internet da (UFRR, COOPANA, COOFECS)	2025	Fontes digitais

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

3.4.1 Da pesquisa documental e observação participante

A utilização da pesquisa documental e da observação participante como estratégias metodológicas neste estudo se justificam não somente pela forma complementar que trazem no processo do entendimento da realidade estudada, mas,

também, porque permitem ao pesquisador o acesso a diferentes níveis de significação do objeto empírico. A pesquisa documental foi fundamental para contextualizar a trajetória institucional da ITCPES/UFRR, seus vínculos com a universidade, e suas ações junto aos empreendimentos solidários. Foram examinados documentos institucionais internos como Relatórios, Projetos e Ações de extensão, materiais formativos, além de informações públicas disponíveis em sites institucionais e mídias sociais vinculadas à incubadora e empreendimentos solidários, como no caso das cooperativas Coopana e Coofecs.

Entretanto, a pesquisa enfrentou dificuldades consideráveis relacionados ao acesso a documentos e acervos digitais mais atuais da incubadora, devido a um ataque cibernético que afetou os sistemas da UFRR no período de coleta. Essa limitação impôs desafios à sistematização das informações, levando o pesquisador a buscar fontes alternativas e a registros pessoais previamente armazenados, o que demonstra a fragilidade institucional com relação ao armazenamento e disponibilização de dados públicos.

Já a observação participante, tal como compreendida por Marietto(2018), permitiu uma imersão no cotidiano da incubadora em momentos oportunos. Diferente da simples observação externa, esta estratégia proporcionou o compartilhamento de experiências, o estabelecimento de vínculos de confiança e o reconhecimento das percepções atribuídas pelas pessoas envolvidas às suas práticas. Essa abordagem se mostrou particularmente relevante, pois percebeu-se que há aspectos relacionais e processuais da inovação social, além dos aspectos simbólicos que não emergiriam apenas por meio de entrevistas ou análise documental.

A vivência direta em atividades como a Feirinha das Camponesas do Lavrado, a entrega das cestas do CCR, por exemplo, revelou tensões entre o discurso institucional e a prática cotidiana. De um lado, observa-se um compromisso explícito com a transformação social e o fortalecimento de empreendimentos solidários; de outro, percebe-se uma dinâmica de funcionamento marcada por limitações estruturais, ausência de recursos e uma sobrecarga das equipes envolvidas.

Neste sentido, tanto a pesquisa documental quanto a observação participante foram fundamentais para revelar o envolvimento entre as dimensões formais e informais do trabalho da incubadora.

3.5 SELEÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Utilizou-se como técnica de seleção a *Snowball*, conhecida como Bola de Neve. Conforme esta técnica, solicita-se a cada participante a indicação de outro indivíduo com potencial para ser entrevistado (Merriam, 2002). Assim, este instrumento consiste em um componente inicial da investigação que possibilita ao pesquisador o acesso a outros informantes, sendo bastante aplicada nas ciências sociais (Merriam; Tisdell, 2016).

Neste sentido, a metodologia Bola de Neve apresenta-se como uma ferramenta apropriada para a identificação e definição dos professores a serem entrevistados, tendo em vista que a indicação por parte dos seus colegas de atuação na ITCPES facilitou o acesso do pesquisador aos potenciais participantes da pesquisa que atuam nos mais diversos centros da UFRR.

Os professores selecionados estavam desenvolvendo atividades na incubadora. O que possibilitou uma amostra mais atualizada e fidedigna do que estava sendo desenvolvido e, ao mesmo tempo, pode-se verificar a amplitude de atuação nos mais diversos níveis, perfis de formação e visão sobre o mesmo objeto, além de informações mais apuradas das atividades e práticas desenvolvidas. Isso fortaleceu o cruzamento de diversas nuances dentro do caso estudado

Segundo Merriam (2002), estabelecido o critério de seleção, o questionamento que surge relaciona-se com a quantidade de indivíduos a serem entrevistados. Segundo a autora, a resposta para esse assunto depende do que se está sendo perguntado e respondido, dos insights do pesquisador, da qualidade e quantidade de dados obtidos e de outros fatores que surgem no decorrer da coleta no campo empírico.

Com relação ao momento para o fim da coleta de dados, usou-se o critério de saturação. De acordo com Minayo (2010), para a formação do corpus do estudo, não se leva em consideração o tamanho, mas sim as evidências de que ele apresenta

saturação. Neste sentido, quando os relatos apresentarem repetição ou redundância, se finaliza a coleta, tendo em vista a saturação das respostas das entrevistas.

O argumento é corroborado por Bauer e Gaskell (2002) ao afirmarem que um maior número de entrevistas não melhora a qualidade ou leva a uma compreensão mais detalhada do fenômeno. Inicialmente, porque há um número limitado de interpretações ou versões da realidade. Outro aspecto é a questão do tamanho do corpus a ser analisado, que se for muito amplo, pode deixar a análise inviável.

Destaca-se que o objetivo principal de um estudo qualitativo não é quantificar opiniões ou pessoas, mas, sim, investigar o conteúdo das diferentes opiniões, ou seja, as diversas representações sobre o tema analisado. Neste sentido, o ponto chave está na descoberta da variedade de pontos de vista sobre o assunto (Bauer; Gaskell, 2002).

Utilizando-se das premissas apresentadas, bem como considerando a representatividade na estrutura organizacional e as contribuições significativas no sentido de responder à questão e alcançar seus objetivos do estudo, foram realizadas 4 entrevistas com os professores coordenadores das áreas estratégias de ITCPES/UFRR. As entrevistas ocorreram na incubadora e nos centros em que os professores atuam, através de agendamento prévio e a disponibilidade deles. A caracterização dos sujeitos está descrita no Quadro 8.

Quadro 8 – Sujeitos da pesquisa

Codificação	Nível de formação	Área	Tipo da entrevista	Tempo de entrevista
E01	Doutorado	Administração	Presencial	1h 00min 12s
E02	Doutorado	Agronomia	Presencial	30min
E03	Doutorado	Administração	Presencial	52min27s
E04	Doutoranda	Educação	Presencial	23min0s

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE, VALIDAÇÃO E CONFIABILIDADE DOS DADOS

Com relação à análise de dados foi utilizada a técnica análise de conteúdo categorial temática de Bardin (2016), a qual é composta por três fases: *pré-análise*, *exploração do material*, *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*.

a) A primeira, pré-análise, ocorre a organização para operacionalizar e sistematizar as ideias que foram colocadas no referencial teórico, nessa fase ocorre o estabelecimento de indicadores para realizar a interpretação das informações coletadas, a etapa da leitura geral do material que foi selecionado e das entrevistas transcritas. Esta fase possui quatro etapas: a) leitura flutuante, corresponde ao momento de ter contato com o texto para conhecê-lo, obtendo impressões e orientações; b) a escolha dos documentos, nessa etapa há a definição do *corpus* do estudo e que deve obedecer às regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; c) construção de objetivos e hipóteses, esse momento que ocorre a partir da leitura inicial dos dados

b) A segunda, exploração do material, refere-se avaliar as decisões que foram tomadas na etapa anterior. Esta é uma fase dura um tempo maior, pois nela ocorre o processo de codificação, leva em consideração os recortes que foram feitos no texto em unidades de registros, como foram definidas as regras para a contagem e de que maneira forma classificadas e agrupadas as informações em categorias temáticas.

c) A terceira fase consiste no tratamento dos resultados, inferências e interpretações, que consiste em encontrar os conteúdos expressos e pertinentes que estão contidos no material coletado. Após isso, o pesquisador tem em mãos resultados significativos, podendo sugerir inferências e interpretações a partir dos objetivos previstos ou demais descobertas que surjam.

Desta forma, neste estudo, conforme a organização de Moreira (2017), na pré-análise, foram realizadas as transcrições das entrevistas gravadas em formato mp3, com duração total de 2h45min12s, utilizando-se transcritor de texto apropriado. Também fez-se a leitura dos documentos selecionados (*Quadro 7*) para compor a análise documental, além das anotações feitas ao longo do estudo.

Na segunda, exploração do material, inseriu-se e codificou-se, com o uso do software *Atlas.ti*, os documentos das transcrições, feitas na etapa anterior. Conforme ressalta Bardin (2016), a codificação diz respeito à transformação dos dados brutos

do texto, efetuada segundo regras precisas, que, por meio de recorte, agregação e enumeração, possibilita chegar uma representação do conteúdo ou da sua expressão.

Neste sentido, realizou-se a categorização e codificação das entrevistas, da seguinte maneira: primeiramente, as quatro dimensões propostas no Modelo analítico da IS para aplicação na ITCPES/UFRR (**Transformação, Atores, Capacidade Inovadora, Forças e Limitações**) foram utilizadas como categorias norteadoras, de acordo com o que foi indicado nos objetivos específicos; na sequência, essas categorias se subdividiram em subcategorias analíticas, conforme quadro 8. Cada subcategoria transformou-se em um código dentro do *Atlas.ti*; por fim, fez-se uma análise do entendimento dos textos, onde os seus conteúdos foram fragmentados em trechos, agrupados e qualificados, de acordo com o que emergiu das categorias e subcategorias.

Quadro 9 – Categorias e subcategorias de análise

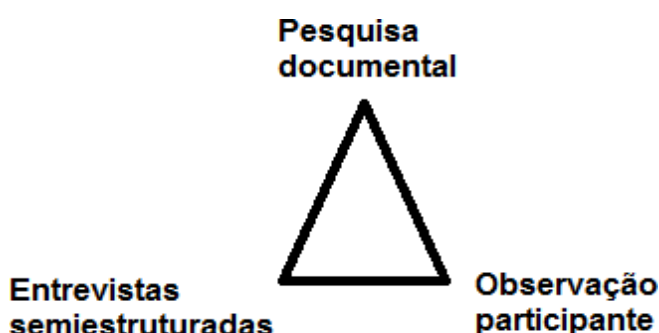
Categoria de análise	Subcategorias de análise
Transformação	inclusão
	empoderamento
	autonomia
	mudança nas relações
Atores	organização coletiva
	coprodução
	cooperação
	governança
	novas práticas
	aprendizagem coletiva
Capacidade Inovadora	sustentabilidade
	geradas no contexto
	participação da comunidade
	tecnologias sociais
Forças e Limitações	financeiro
	estrutural
	institucional

Fonte: elaborado pelo autor, de acordo com Moreira (2017).

Na terceira fase, os relatórios gerados pelo *Atlas.ti*, a análise dos documentos, as observações e anotações do pesquisador, que não foram submetidos ao tratamento do *software*, foram comparados com o referencial teórico, como também com o modelo proposto neste estudo. O resultado das reflexões suscitadas está descrito na análise dos resultados (seção 5).

Com relação à validação, Bauer e Gaskell (2011) dizem que a triangulação (Figura) é uma maneira de institucionalização de perspectivas e métodos teóricos, buscando reduzir as inconsistências e contradições de uma pesquisa. Essa técnica favorece tanto por o processo de validade quanto de confiabilidade do estudo, convergindo os dados mais evidentes do fenômeno. Por essa razão, optou-se pelas entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e a observação participante.

Figura 1 - Triangulação de dados da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Ainda com relação à confiabilidade de um Estudo de Caso, Martins (2008), ao dizer que ela poderá ser garantida através da utilização de diferentes fontes de evidências, sendo que os achados terão mais valor e mais qualidade se as técnicas forem diferentes. A junção de resultados advindos de fontes distintas traz um importante grau de confiabilidade à pesquisa. Conforme Paiva Junior *et al.* (2011) a confiabilidade diz respeito à garantia de um outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados e analisados os dados coletados, de acordo com o modelo apresentado no Quadro 6 e os procedimentos metodológicos

apresentados anteriormente, a fim de atingir o objetivo geral, assim como os objetivos específicos: identificar as principais atividades desenvolvidas pela ITCPES da Universidade Federal de Roraima; caracterizar as práticas de inovação social desenvolvidas pela ITCPES da Universidade Federal de Roraima e analisar a inovação social na ITCPES da Universidade Federal de Roraima a partir do modelo apresentado. As subseções dedicam-se a interpretação dos dados de cada dimensão apresentadas no Quadro 6, de forma crítica e reflexiva, apoiando-se no que foi trabalhado durante este estudo.

4.1 CASO SELECIONADO

Com relação ao caso selecionado, elegeu-se a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima - ITCPES/UFRR. Localizada no Bloco IV da UFRR, na cidade de Boa Vista, estado de Roraima, extremo norte do Brasil, conforme representado na *Figura 2 A e B*.

Conforme Pereira e Serra (2013), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima - ITCPES/UFRR nasce nos anos 2006, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão com a missão de formar trabalhadores formais e informais. Essas formações tinham como foco grupos vinculados à produção de artesanato artístico e cultural da cidade de Boa Vista. Pereira *et al.* (2019) destacam que o nascimento da ITCPES/UFRR é fruto de uma incubação, por meio de uma parceria com a incubadora tecnológica da UFPA.

Em onze anos de atuação da ITCPES/UFRR, os resultados quantitativos mensurados evidenciam que editais foram acessados, como os do Banco da Amazônia, da Antiga Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), da Proex, da Petrobras Social e dois do PRONINC, e que fomentos foram concedidos, como o Prêmio Samuel Benchimol (em duas edições, 2006 e 2011) (Pereira *et al.*, 2019, p.139).

Dubeux (2007) destaca que o movimento de criação das incubadoras representou um importante programa dentro da universidade, pois na perspectiva da

extensão possibilitou a junção das atividades de ensino e pesquisa, sendo um divisor de águas no âmbito acadêmico brasileiro.

Em Roraima, o formato da incubadora implementada na UFRR está vinculado ao movimento da economia solidária. Dessa forma, conforme Pereira *et al.* (2019), a economia solidária pode ser compreendida sob dois aspectos: o primeiro, pela institucionalização da Senaes e da política advinda dela. E, o segundo, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), promovedor dos fóruns estaduais.

Desse movimento, surge o Fórum Roraimense de Economia Solidária no ano de 2005 e a incubadora social da UFRR, em 2006. Destaca-se, conforme os autores, que o fato de existir organismos voltados para as necessidades dos empreendimentos econômicos solidários (EES), não fez com que os reais beneficiários pudessem usufruir dessas políticas, pois para os governantes à época essa questão não era relevante.

Neste sentido, por inércia do estado em observar o pacto federativo de 1988, no que diz respeito ao campo político-administrativo, as políticas públicas de economia solidária chegam aos usuários a partir da atuação da ITCPES/UFRR e do Fórum Roraimense de Economia Solidária. Em contrapartida, nem o governo estadual, nem as prefeituras implementaram políticas voltadas para a EES em Roraima (Pereira *et al.*, 2019).

No que se refere ao processo de incubação no âmbito da ITCPES/UFRR, conforme Pereira *et al.* (2019), a metodologia utilizada é flexível e aberta. Aberta, porque os empreendimentos incubados ocorrem por meio das formações, e não através de edital fechado. É flexível, pois se estabelecem relações com ênfase no diálogo, observando as necessidades dos usuários.

O *modus operandi* da incubação se inicia a partir do momento em que os beneficiários procuram a ITCPES/UFRR, por meio de palestras, seminários ou eventos promovidos pela instituição. Na sequência, ocorre uma visita à UFRR para conhecer o que é desenvolvido e o reconhecimento dos processos *in loco*, bem como, os recursos disponíveis na incubadora. Por fim, realiza-se a assinatura do termo de incubação pelas partes.

Após esse primeiro passo, inicia-se o processo de visitas regulares pelos docentes e bolsistas ao EES no intuito de traçar um diagnóstico inicial que culminará

no levantamento das necessidades, do perfil das pessoas que compõem o EES e das expectativas que esses membros têm com relação ao apoio da ITCPES.

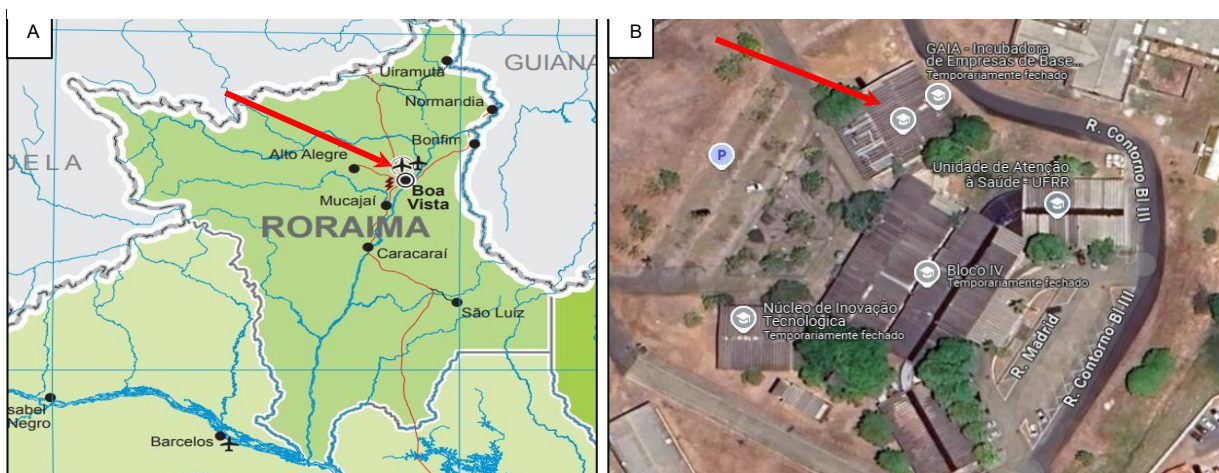
Em seguida, conforme Pereira *et al.* (2019), inicia-se a oferta de cursos e de assessoria técnica. Os conteúdos dos cursos envolvem os princípios da Economia Solidária; Comercialização Solidária, Planejamento e Gestão de EES; Contabilidade para Não Contadores; Computação para Iniciantes em Software Livre; e Formação Política. Além de outros específicos, solicitados pelos próprios membros.

A incubadora social da UFRR, para além das demandas dos EES, estabelece redes de relacionamento com instituições públicas, ONG's, com a comunidade universitária e com os movimentos sociais. Neste sentido:

[...] realiza seminários, reuniões, oficinas, palestras, colóquios, visitas técnicas, parcerias, entre outras atividades, no intuito de levar a temática da economia solidária às diversas regiões de Roraima. Destaca-se, nessa trilha, a recepção de diferentes atores pelo projeto, como: discentes da UFRR que se interessam em pesquisar a temática por meio de trabalhos de conclusão de curso; discentes de outras instituições, como os do campus do Instituto Federal de Roraima (IFRR) do município de Bonfim e os do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena; comunidades indígenas da região de São Marcos; e gestores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e do MDA, que demandam palestras, oficinas, reuniões, participações em conferências, etc., (Pereira *et al.* 2019, p.143).

Essa abordagem abrangente reflete a capacidade da incubadora de dialogar com diferentes públicos e atender as diferentes demandas locais, promovendo o fortalecimento da economia solidária como um eixo para o desenvolvimento sustentável e da inovação social em Roraima.

Figura 1 - A) Localização da ITCPES B) Localização do caso



Fonte: A) Adaptado de IBGE (2024) e B) Google (2024)

Quadro 10 – Atividades desenvolvidas pela ITCPES

Atividade	Descrição
Incubação de EES	Desenvolvimento de processos de incubação específicos para cooperativas de mulheres camponesas, costureiras e agricultores familiares, com metodologias adaptadas.
Assessoramento técnico	Apoio técnico que gera formalização institucional e transformação das relações com o mercado, por meio da formalização. Consultoria especializada para estruturar espaços físicos, marcas, modelos de venda direta e registros formais, promovendo autonomia e identidade própria.
Oferta de cursos e formação	Realização de cursos para aumento da escolaridade e capacitações práticas, consideradas estratégicas para a qualificação.
Acesso ao crédito e insumos	Facilitação para aquisição de recursos financeiros, equipamentos e materiais essenciais para os empreendimentos incubados.
Prospecção de novos grupos vulneráveis	Identificação de novos públicos vulneráveis, como imigrantes, pessoas vivendo com HIV e reeducandos, demandas que fazem parte do processo contínuo de prospecção.
Organização de eventos (seminários, oficinas, colóquios)	Organização de seminários, oficinas e colóquios para disseminação de temas relacionados à economia solidária, envolvendo diversos atores sociais.
Articulação com instituições e redes externas	Estabelecimento de parcerias com universidades, ministérios, ONGs e fóruns, fortalecendo articulações em rede e apoio externo.

Desenvolvimento de Inovações e Tecnologias Sociais aplicadas	Desenvolvimento de práticas agroecológicas através do Coletivo de Consumidores Responsáveis - CCR, conectando produção e consumo socialmente orientado. Aplicação de soluções como uso de energia solar, reciclagem e tecnologias sociais nos processos produtivos, reforçando a inovação coletiva no contexto.
Promoção da autogestão e governança participativa	Fomento à autogestão e ao fortalecimento de práticas participativas, com espírito de solidariedade e empatia nas relações coletivas.

Fonte: elaborado pelo autor (2025), a partir de dados da pesquisa

Figura 2 - Coordenadores e usuários realizando atividades na ITCPES/UFRR



Fonte: ITCPES/UFRR(2025)

4.2 DIMENSÃO TRANSFORMAÇÃO

Esta dimensão analisa os impactos socioeconômicos que são gerados pela ITCPES, bem como seus reflexos no empoderamento e autonomia dos indivíduos assistidos. Busca-se observar como os participantes assistidos pela ITCPES adquirem autonomia para se tornarem capazes de gerir ou transformar sua situação

socioeconômica. Como também, se há mudanças nas relações sociais, a partir de novas dinâmicas que se estabelecem por meio da participação das pessoas. Observa-se, assim, quatro aspectos importantes: inclusão; empoderamento, autonomia e mudança nas relações.

Neste sentido, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários desenvolve atividades de assessoramento técnico e formação para Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários, baseados nas práticas de economia solidária e educação popular para emancipação dos sujeitos. De forma mais específica ela desenvolve:

[...]consultoria, políticas públicas direcionadas ao apoio e fomento, incentivo à formalização de espaços e recursos para comercialização de mercadorias ou serviços de cunho solidário, acesso ao crédito suficiente para o capital de giro, aquisição de equipamentos e insumos, educação continuada da pedagogia solidária, construção de unidades produtivas e assessoramento (Pereira; Serra, 2013).

Com relação à inclusão e empoderamento das pessoas em vulnerabilidade, bem como o foco da incubadora na formação educacional de usuários **E01** destaca que:

E01- a incubadora social, ela nasce com firme propósito de atender essas pessoas que naquela época a gente falava em situação de pobreza, hoje não mais, é em situação de vulnerabilidade social. Por quatro anos, chegou-se a uma determinação de que formação para a economia solidária é curso e aumento de escolaridade[...]Toda vez que a gente fala, olha, a incubadora faz formação, significa que ela dá curso, e promove ou então incentiva o aumento de escolaridade daqueles que ela atende. Processos educativos, ok?

Ao falar do impacto do assessoramento técnico nos grupos assistidos (quadro 10), **E01** destaca o público da ICTPES, bem como ocorre a formalização desses grupos, que gera mudança na forma como eles passam a se relacionar com as instituições, bem como possibilita seu empoderamento. E, destaca, também, o formato específico da incubadora. Além do processo de prospecção de novos grupos, principalmente pessoas em vulnerabilidade social, pessoas vivendo com HIV, imigrantes e reeducandos, apesar das limitações institucionais.

E01-todos os quais que a gente assessorou e assessora, eles precisavam primeiro se constituir como formais, então a gente faz a assembleia, a gente faz a ata, a gente faz o registro no cartório, a gente tira o CNPJ, a gente auxilia no direcionamento de como funciona uma associação, como faz um

projeto, como faz uma nota fiscal, como concorre a uma edital, como faz para articular o trabalho coletivo, como faz a formação do preço daquela mercadoria que eles estão desenvolvendo, como faz a comercialização, como faz a contabilidade, como faz o planejamento[...] porque os nossos grupos, eles são eminentemente de mulheres e da agricultura familiar.

E01-hoje elas também acessaram diversos editais. A Fundação Banco do Brasil as procura **porque elas têm um braço social, porque elas ficam bem na periferia, ali em Santa Tereza.** Então, eles têm um cadastro de pelo menos **144 famílias em situação de vulnerabilidade.** Então, elas **são marcas registradas no PAA.** Então, o PAA, você sabe que é o Programa de Aquisição de Alimentos. **Então você tem uma associação, uma cooperativa lá, da agricultura familiar, que vende para a Conab.** A Conab **pega e dá para essas pessoas em situação de vulnerabilidade.** A Coofecs tomou para si essa responsabilidade. Então, ela tem o cadastro, ela recebe e distribui para essas 144 famílias que estão no entorno. Um trabalho sensacional. Foi reconhecido pelo BNDES, foi reconhecido pela USP, foi reconhecido, eu acho que pelo Ministério, a própria Secretaria de Economia Solidária. **Então, elas são o que a gente tem de mais extraordinário em termos de economia solidária. Pronto, de inovação social e moral.** O trabalho delas é sensacional. E diferentes das outras cooperativas que fazem a distribuição dos recursos, elas são em 20 mulheres, **hoje já têm duas venezuelanas associadas, elas distribuem todo o recurso arrecadado da cooperativa, tirando, claro, os custos, de maneira equânime.**

E01-os empreendimentos que a gente incuba, a gente percebe que eles já chegaram à autonomia. Então, a gente tem que ir pra outras pessoas. Então, nos procurou a associação, que são **os portadores de HIV.** Um pessoal nos procurou os detentos, os sócios, as pessoas que são...apenas que estão dentro dos presídios, quem mais nos procurou além desses dois? **Procurar outros grupos que carecem desse assessoramento técnico.** Por esses que a gente trabalhou nesses 18 anos, eu acredito que já estão autônomos, já conseguem viver sem a gente. Vira e mexe, eles nos chamam para um assessoramento aqui e ali, mas assim, já tem autonomia, então a gente precisa atender outros que carecem disso. Outras pessoas que carecem. Novas populações.

E01- A gente fez um plano de marketing pra eles. A gente foi vender as empresas, fez um cartão de visita que também elas não tinham. E aí essa autonomia delas fez com que aumentasse a Caixa. Hoje elas fazem curso de costura, além de ter **A indústria da costura, que elas desenvolveram uma máquina para bordar, para tudo, elas também têm um braço na formação.** Então, a gente se uniu à OIM, quando os venezuelanos chegaram, a gente fez pelo menos três cursos para mulheres venezuelanas, para alcançarem sua autonomia.

No levantamento realizado durante a pesquisa, percebeu-se que os segmentos incubados são bem distintos e estão localizados, em sua maioria na zona rural da cidade de Boa Vista, mostrando uma aproximação maior com o público da agricultura. Alguns empreendimentos foram mais citados durante as entrevistas, dentre eles a Coofecs e Coopana. O detalhamento dos EES está mais bem descrito no quadro abaixo.

Quadro 11 - Empreendimentos Incubados pela ITC PES

Nº	Nome	Cidade	Estado	Atividade	Pessoas atendidas
01	Agremiação de Folclórica de Danças Feras do Amazonas - AFDFA	Boa Vista	Roraima	Artesanato, Folclore e Costura	12
02	Associação Agropecuária de Projeto de Assentamento Nova Amazônia (AASPANA)	Boa Vista	Roraima	Agricultura familiar	36
03	Associação dos Agricultores Familiares do Polo IV do P A Nova Amazônia - AAFP-IV	Boa Vista	Roraima	Agricultura familiar	35
04	Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista - Hortivida	Boa Vista	Roraima	Produção e comercialização de produtos orgânicos	10
05	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Regime Familiar do PA Nova Amazônia I	Boa Vista	Roraima	Agricultura familiar	250
06	Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia - COOPANA	Boa Vista	Roraima	Agricultura familiar	108
07	Cooperativa de Empreendimentos Solidários do Município de Boa Vista - COOFEC'S	Boa Vista	Roraima	Costura industrial e artesanato	20

08	Cooperativa do Nova Amazônia - COOPNOVA	Boa Vista	Roraima	Agricultura familiar	51
09	Famíliares do Polo I do P A Nova Amazônia (AAFPPANA)	Boa Vista	Roraima	Agricultura familiar	101
					Total: 623

Fonte: DIREX/UFRR (2025)

De acordo com o Relatório do Proninc (2017), a incubação das ITES contempla aspectos econômicos, de inclusão social, de cooperação e de solidariedade. Isso quer dizer que os EES possuem duplo papel: serem cooperativa e associação de trabalhadores. Trabalham no sentido de articulação com relação aos aspectos econômicos do negócio, assim como as lutas políticas, em busca de um modelo de gestão democrático e participativo, que assegure o bem-estar dos trabalhadores, por essa razão as ITES atuam em um processo contrário aos das práticas tradicionais das empresas privadas e das incubadoras tecnológicas de empresas, por essa razão isso faz com que as ITES tenham que se converter em um laboratório de inovação. Neste sentido:

Aproveitando-se, por um lado, da vivência com os trabalhadores e com seus conhecimentos, e, por outro, do conhecimento acadêmico sistematizado e disponível nas Instituições de Ensino Superior, promove-se um espaço muito propício à criação de novas práticas, ferramentas, instrumentos de gestão, produção de comercialização[...] as ITES tornam-se, dessa forma, um profícuo espaço de Inovação Social e de construção de Tecnologias Sociais (Relatório do Proninc, 2017, p. 31).

Do ponto de vista da inclusão, empoderamento e as novas relações que se estabelecem pelo formato coletivo de trabalho, autogestionário e com divisão de lucros, assegurando que novas relações comerciais sejam estabelecidas, sem a necessidade de atravessadores, **E03 e E04** destacam que:

E03- Então isso você a traz pra visibilidade, pra solidariedade, você traz autonomia pra essas mulheres, com os próprios agricultores, que passam a ter uma rendinha melhor, a renda passa a ser melhor porque

eles tiram da cooperativa. Tira o processo do atravessador, porque depois da porteira é que fica 70% da agricultura, da renda, a renda no campo, 70% depois dela é depois da porteira. O campo, segurando essas pessoas para terem mais autonomia lá no campo, que seus filhos saem de lá. Você está dando autonomia, evitando um problema social na cidade.

E01- Então o planejamento estratégico nada mais é fazer que uma **técnica de gestão para que eles saibam de onde eles pretendem e para onde eles vão**. Essa cooperativa em particular que estou te falando, que é do Polo 1, **hoje ela está faturando 10 milhões de reais por ano. E ela começou dentro da incubadora**. A gente ganhou um edital da Petrobras em que a gente fez formação por três anos e no último ano **a gente falou assim, então, agora que eles já estão preparados para manejar as suas próprias, os seus cultivos, vamos propor a criação de uma cooperativa. Eles toparam e essa cooperativa hoje é a Coopana**.

Figura 4 - Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia- COOPANA



Fonte: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NOVA AMAZÔNIA – COOPANA. Disponível em: <https://sistemasweb.mda.gov.br/vitrine/produtor/23178513000192/manga-6492-88>. Acesso em: 11 maio 2025.

Com relação às agricultoras, **E02** destaca que o trabalho desenvolvido tem promovido autonomia e empoderamento do grupo nomeado mulheres Camponesas do Lavrado, assim como para suas famílias. Elas conseguem ter segurança para realizar a produção e a comercialização, o que possibilita um maior investimento na propriedade, adquirindo novos equipamentos e insumos. E através de articulação em rede, envolvendo outras mulheres na geração de renda, produzindo ecobags a partir material reciclado.

Ainda sobre a inclusão econômica e acesso às políticas públicas, **E04** traz aspectos relacionados ao trabalho junto à comunidade, no que tange à orientação necessária para a elaboração de propostas que possam permitir o fornecimento de suas mercadorias para instituições como é o caso da UFRR, estabelecendo novas redes de comercialização de produtos da agricultura familiar:

E04-A partir da gente estar ali envolvida com a comunidade, a gente vai observando as dificuldades, o que a comunidade precisa e a partir disso a gente vai tentando ligar a questão de políticas públicas. O que a gente tem de política pública existente? Exemplo, agora nesse feriado eu **trabalharei em uma proposta para que as pessoas apresentem ao restaurante universitário, para que possam comprar os produtos da agricultura familiar do projeto de assentamento Nova Amazônia.** Por que o que acontece? Tudo isso, tudo que o restaurante universitário compra hoje é importado, né? Então eles compraram o que vem de outros estados. Então o produto chega com menor qualidade, não interfere diretamente na economia, não apoia a economia local. E com a legislação agora de economia solidária, a gente vai conseguir tentar e fazer esse processo.

Desta forma, conforme França Filho (2018), as ITCPS são promotoras de inovação social, pois sua essência está vinculada a uma proposta inclusiva. Nesse sentido, as práticas de economia solidária se constituem em um campo propício para a inovação social. Pois, a inovação social leva a processos de mudança ou construção de uma cultura política democrática, pela sua lógica processual, mas também por sua dimensão de aprendizagem. Reforça neste aspecto a ideia de autogestão, além disso, busca envolver as diferentes maneiras e arranjos institucionais. As práticas não se confundem com o empreendedorismo privado, com foco na iniciativa individual. Diz respeito aos processos de reconhecimento das pessoas envolvidas.

4.3 DIMENSÃO ATORES

Esta dimensão analisa os atores envolvidos e as práticas coletivas que se estabelecem para o processo de inovação social. Verifica como a ITCPEs contribui para que os indivíduos se organizem e se dediquem a buscar por soluções em um processo de coprodução e organização coletiva. Ainda, observa como ocorrem os processos de governança do ponto de vista democrático e participativo, baseados na autogestão e no desenvolvimento de uma cultura de solidariedade. Foca nos aspectos

da organização coletiva, o processo de coprodução, de governança, nas novas práticas que se estabelecem e no processo de aprendizagem coletiva.

Para o processo de inovação na ITCPES, identificou-se como ator institucional interno a própria UFRR, tendo em vista a disponibilização do espaço em que a ITCPES está localizada. Entretanto, observou-se in loco que o espaço poderia ser mais moderno e disponibilizar mais recursos, o que é reforçado pela fala dos entrevistados. Este ponto está mais bem explicado na seção Forças e Limitações. Com relação às Instituições externas destacam-se a UFPA e UFSCar.

Já fora do âmbito da universidade, o MEC, a CAPES, o CNPQ, o Proninc, a Petrobras, o Ministério do Trabalho, a Secretaria do Estado e Bem-Estar Social, e o governo federal, através dos programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que através dos seus editais possibilitam que a incubadora consiga recursos, embora a oferta de editais ocorra com menos frequência atualmente. Inclui-se, também, os próprios EES que são assistidos pela ITCPES, além dos Fóruns de Economia Solidária, local e nacional.

Ressalta-se o papel de ator da própria incubadora, como cita o Relatório do Proninc (2017). Segundo o documento, na área da economia solidária, as incubadoras tornam-se atores fundamentais. Além do trabalho fim de assessorar empreendimento econômicos solidários, tem papel fundamental na difusão da temática e no fortalecimento de políticas públicas de apoio ao setor. De modo geral, as incubadoras abarcam muitos parceiros institucionais e constituem uma referência nos territórios em que atuam, potencializando políticas no âmbito local e regional, estabelecendo redes com diversas instituições, com o intuito de dar apoio para o campo da economia solidária.

Com relação ao relacionamento dos atores, E01 destaca ao falar sobre as práticas de governança e relacionamento no âmbito da incubadora que:

E01-O que garante a liga, as relações, é a necessidade. É a empatia, é o espírito de solidariedade. Porque quando vem de cima para baixo, com certeza não vai. Então, muitas cooperativas nasceram por uma demanda do Estado ou do governo municipal e não se sustentaram.

Essas relações são entendidas para França Filho (2018) como a democratização da relação de parceria, baseada no diálogo e uma escuta sensível de

agentes internos e externos (*insiders e outsiders*). Práticas utilizadas, por exemplo, nas parcerias ou vínculos institucionais distintos, assim como ocorre entre a universidade e as comunidades nos processos de incubação tecnológica em economia solidária. É o que se percebeu no caso da Coofecs e das Camponesas do Lavrado que transicionaram sua forma de organização, aprimorando as formas de governança, saindo do enfoque individual para o coletivo, formalizando-se, aplicando os conhecimentos da autogestão, a partir do trabalho feito pela incubadora:

E01-dentre os exemplos a gente fez aí, seja na criação dos empreendimentos, na Coofecs, própria forma de organização que antes elas trabalharam de forma individual e tiveram que passar por todo um treinamento para trabalhar de forma coletiva. A estruturação da Associação das Camponesas do Lavrado, fazer um processo, fazer estatuto, fazer regimento, fazer o registro comercial disso. Fazer o CNPJ da cooperativa, da associação. Então, é todo um processo organizativo que eles precisam entender e dominar como fazer o fluxo de pedido, de gerenciamento de fluxo de caixa.

Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019), falam que a dimensão atores vai ser a responsável por destacar a inovação social, pois está vinculada à aprendizagem coletiva, através da diversidade dos indivíduos envolvidos, bem como suas distintas características. O importante nesta dimensão, é a heterogeneidade das pessoas que estão diretamente relacionadas com a inovação e as relações que estabelecem.

Nesta dimensão quando os atores envolvidos trabalham em redes de coprodução, podem gerar novas práticas e transformações nas formas de se relacionar (Andrade; Valadão 2020). Nesse sentido, observa-se o que traz **E04** com relação ao processo de coprodução, no âmbito de coletivos como é o caso do CCR, em que conjuntamente todos os envolvidos se articulam na atividade a ser desenvolvida:

E04- Então, a gente constrói junto com o empreendimento. A gente não chega impondo regras, dizendo assim que tem que ser. **A gente vai construindo com os empreendimentos** a partir do que o empreendimento tem apresentado. Então, por exemplo, a questão com o próprio CCR. **Como que a gente vai precisar de sacola? Como que a gente vai fazer? Então a gente começou a pedir doação de banners.** Então essas doações de banners, **a gente foi construindo, fazendo sacola. Inclusive estou com alguns banners, pensando agora em fazer um curso sobre isso.** vendo aí quando que a gente vai conseguir. **A questão do óleo, as meninas precisavam fazer sabão, então a incubadora ela recebe esse óleo e troca pro sabão. Então você entrega um litro de óleo e você recebe uma barra**

de sabão. Então assim, a gente foi construindo com o grupo na medida do que a gente conseguia.

Bignetti (2011) enfatiza que na inovação social, o processo se desenvolve pela participação dos beneficiários e dos atores da comunidade de forma efetiva. Para ele, é um processo de construção social, onde a geração de soluções depende da trajetória. Há uma conexão íntima entre a criação, o desenvolvimento e a aplicação, que vão ocorrer através das relações e da cooperação que se estabelecem entre todos os atores envolvidos.

4.4 DIMENSÃO CAPACIDADE INOVADORA

Esta dimensão analisa a originalidade e a utilidade das soluções colocadas em prática pela ITC PES, soluções essas que devem ser adequadas aos contextos dos indivíduos, avaliando as sustentabilidades das soluções, seu impacto econômico e social. Verifica se a tecnologia utilizada possui uma finalidade social, se é inovadora, se é acessível. Além, de avaliar a participação e a contribuição da comunidade no processo de inovação. Observa-se, assim, os aspectos da sustentabilidade, da geração no contexto, da participação da comunidade e as tecnologias sociais.

Percebe-se que no tange à sustentabilidade, a incubadora faz um trabalho no intuito de garantir que as soluções devem sejam adequadas ao contexto de Roraima, utilizando os recursos locais disponíveis, ressignificando a lógica do capitalismo e fazendo formações para ajudar nessa compreensão.

Entretanto, o enraizamento do pensamento capitalista se torna um desafio para a formação de empreendedores solidários. **E01** destaca que a lógica para manter a sustentabilidade e o contexto local “é dizer assim, olha, mesmo que você vai para São Paulo, Brasília, Rio, veja que você está em Roraima. O que tem em Roraima? Uniforme para fazer”, referindo à orientação para o grupo de mulheres costureiras assistidas. Em outro momento, fala sobre o grupo da agricultura familiar que participam de eventos de Economia Solidária em outros estados:

[...]Então, por vezes, eles voltam muito encantados e não tem essa tomada de consciência do que é o capitalismo. **Então a gente também faz formação para dizer que o capitalismo é plástico. Eles se adequam em qualquer lugar. Então não adianta a senhora querer fazer um grupo de resíduos sólidos se aqui nem tem nada, nem uma cadeia para você distribuir (E01).**

Ainda sobre a sustentabilidade e o viés solidário, bem como o processo de formação baseado no contexto, **E02** diz que o trabalho com produtores orgânicos, incluindo indígenas migrantes, baseia-se no fortalecendo da produção orgânica no estado. Através de capacitações na área de administração, e de ferramentas que ajudam no gerenciamento da produção:

E02- E então ensinamos os produtores a como fazer uma ata, uma reunião, uma coisa assim mais simples. E também auxiliamos na formação de novos grupos de produtores orgânicos, inclusive tentando incluir esses povos indígenas e imigrantes que começaram mais em 2016 para cá, né? Na questão dessa **formação de grupos de empreendimentos sociais solidários**, assim. Então foi assim meu, do meu trabalho, que eu tenho feito nos últimos anos.

Observou-se nos relatórios que várias ações e projetos são desenvolvidos com as agricultoras do Projeto de Assentamento Nova Amazônia em parceria com outras instituições como a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA. O projeto CCR (Célula de Consumidores Responsáveis (CCR) em Boa Vista, por exemplo, nasce como ação de extensão em 2021, fruto de uma parceria entre os professores da UFRR, membros da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Sociais - ITC PES e o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar - LACAF da Universidade Federal de Santa Catarina.

Conforme verificou-se na pesquisa documental, no período de implementação, foram realizadas palestras sobre esse modelo de comercialização, no município de Boa Vista e Rorainópolis, oficinas de formação de preços e visitas para troca de experiências agroecológicas. O projeto culminou com a implementação do Grupo/Coletivo das Camponesas do Lavrado, tornando-se o primeiro no estado de Roraima.

De acordo com o material formativo da incubadora, o CCR é uma tecnologia social que nasceu no Japão e, hoje, é muito utilizada na Europa. No Brasil, é utilizada no Sul e em outras regiões. A filosofia do CCR e as práticas implementadas no âmbito

do projeto, conforme destaca **E03**, é que “*a comunidade que sustenta a agricultura*”. Nesse processo, observa-se que o diálogo com os agricultores participantes, que receberam treinamentos, e a identificação dos co-agricultores, gera, ao final, uma conexão, ressignificando a lógica do consumo.

O objetivo do projeto, conforme identificou-se, é a promoção do consumo consciente de alimentos saudáveis, possibilitando preços justos para o agricultor familiar, promovendo a diminuição dos desperdícios do alimento na comercialização, garantindo a produção orgânica e de um planejamento agroecológico das propriedades

Durante as observações da pesquisa, acompanhou-se a entrega de cestas do projeto. Observou-se que ainda há pouca adesão por parte da comunidade. Mas, os coprodutores associados, como são chamados os consumidores, recebem um alimento de boa qualidade com grande variedade de hortaliças e verduras. Entretanto, restou dúvidas quanto à sustentabilidade do projeto a longo prazo.

Sobre essas iniciativas, como o CCR, que trabalha o conceito de tecnologia social para o consumo através de cadeias curtas de comercialização, unindo produtores e coprodutores, Dagnino (2010) diz que:

O resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção e de um acordo social que legitima o associativismo, os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo.

Ainda sobre a inovação e a tecnologia para fins sociais, Bignetti (2011, p.7) diz que:

Embora possuam características distintas, a inovação tecnológica e a inovação social, pode se aproximar quando possuem características distintivas, como apresentado, elas não representam dois conjuntos mutuamente excludentes. Ao contrário, é indiscutível que muitas inovações tecnológicas possuem caráter social e que inovações sociais podem lançar mão da tecnologia, particularmente no emprego das chamadas tecnologias apropriadas ou, mais amplamente, das tecnologias sociais

Neste sentido, **E04** observa os aspectos que envolvem o uso de tecnologia para a melhoria da vida das pessoas, onde há escassez de recursos, como é o caso do contexto indígena:

Há uma outra tecnologia social também que a gente fez com o fogão solar. O fogão solar também tem ajudado, por exemplo, na questão das comunidades indígenas, de preparar o alimento. Até na questão também da água, de fazer a decoração da água. Tem um formato lá que você consegue fazer isso pelo fogão solar, com fogão solar.

Oliveira, Addor e Maia (2018) reforçam que ao analisarem as incubadoras em seus processos e resultados na perspectiva da economia solidária, perceberam que esse campo se desvincula da ideia de transferência de tecnologia, como conceitualmente se apresenta a incubação tecnológica.

Para os autores, no caso das incubadoras sociais, as soluções tecnológicas são geradas a partir da realidade das organizações coletivas, dos empreendimentos e dos contextos em que estão inseridos. Neste caso, cada ação no processo de incubação de um grupo, na formação de uma rede ou mesmo no território tem como resultado a geração de novos conhecimentos adequados à realidade, o que faz com que novos processos, produtos e métodos de trabalho sejam gerados, levando em conta o contexto socioeconômico, onde as soluções criadas e o próprio processo social de organização exigem.

Neste sentido, essa forma de trabalho gera resultados muito positivos. Observou-se que nos empreendimentos incubados pela ITCPES, utilizam-se metodologias particulares à realidade dos EES. Seja no âmbito da agricultura familiar, como no caso da Coopana, Camponesas do Lavrado ou da Coofecs, que trabalha com costura. Para **E03**, a própria ITCPES é vista como uma tecnologia social, tendo em vista que ela faz o processo de assessoramento, formação e incubação dos empreendimentos. Ainda para ele, a comunidade que sustenta a agricultura, como no Coletivo de Consumidores e Responsáveis.

4.5 DIMENSÃO FORÇAS E LIMITAÇÕES

Esta dimensão identifica os pontos fortes e os desafios no que se refere ao processo de inovação social, levando em conta alguns aspectos, tais como a estrutura organizacional e financeira, os recursos disponíveis para a desenvolvimento das atividades desenvolvidas, assim como os fatores no âmbito institucional, nas relações internas e externas.

Segundo Tardif e Harrisson (2005) apud Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019), o processo é uma ferramenta importante para que a inovação ocorra. Pois possibilita entender as complexidades, incertezas, bem como as possíveis dúvidas do funcionamento, além de identificar resistências, tensões e rigidezes institucionais que envolvem o processo de inovação.

No caso da ITCPES, observou-se que o fator mais restritivo ao processo de inovação é a limitação de recursos. Ao longo de seu funcionamento, a incubadora tem realizado suas atividades através de Editais de fomento. Conforme destacam os entrevistados:

E01-como a gente de 2006 até 2016, nós tivemos todos os anos, **a gente sempre teve edital. Então, tudo que você tem aqui, a gente tem data show, a gente tem carro, a gente tem computador, a gente tem impressora, a gente tem imóveis, imobiliário, tudo isso aqui foi comprado por edital. Mas 2016 não entrou mais um tostão, nem um real. Então tudo que a gente hoje trabalha é com recurso que a PRAE** nos destina. Material de consumo, tudo[...] mas aquelas ações mais robustas que nós fazíamos, como por exemplo, olha, a gente faz a entrega, a produção de...material publicitário, com os editais a gente faz tudo que você pode imaginar. Do alfinete ao foguete, a gente leva pra PRAE. Viajar, a gente faz seminário, faz evento, comprar equipamento, mas sem isso... **Então assim, esses são os nossos verdadeiros limites, não ter orçamento pra trabalhar.**

E03-**A universidade tem poucos recursos, não tem uma unidade de recursos aqui na UFRR pra fomentar projetos de extensão.** A UFRR só dá direito aí ao pró-acadêmico, que é ter um bolsista acadêmico aqui que possa nos ajudar.

E04-Nós não financiamos porque a gente não tem recurso, né? **A gente trabalha dentro de uma sala da universidade, então o que a gente tem? A gente tem computadores, já bem escalonados e com acesso à internet. É isso que a gente tem. Nem telefone a gente tem mais, né?** Porque teve um período que havia, mas aí depois foi questão de celulares, né? E isso a gente não tem mais.

Observa-se que a participação da universidade, neste sentido, é manter a estrutura existente da incubadora. Ou seja, manter o espaço, a disponibilização de veículo com combustível, oferecer material de expediente e bolsista. Por essa razão, é possível realizar somente ações com pequeno custo, como por exemplo as visitas aos EES. Entretanto, ações mais robustas, possuem limitações para acontecer.

Observou-se, ainda, que as limitações, do ponto de vista financeiro, tornam o trabalho da incubadora restrito e a continuidade das ações depende do comprometimento ético dos docentes. Esse comprometimento é reconhecido pela comunidade, que se sente acolhida. Mas ao mesmo tempo, demonstra um

distanciamento da universidade com a comunidade em determinados territórios, conforme destaca **E01**:

Credibilidade. Se você for em qualquer lugar, qualquer lugar desse estado, nos quinze municípios, você vai falar com a incubadora social da universidade, os professores. Eu acredito que a gente conseguiu algo tão sensacional. Porque você sabe que a universidade não é nada bem-vista fora daqui. Mas uma incubadora, tanto que as pessoas chegam lá e aí vocês estão olhando a universidade vai voltar. Mas se você chegar, você diz que é da incubadora, pode entrar. Então a gente conseguiu essa substituição que é impagável.

Neste sentido, as relações que se estabelecem com as instituições externas, é fundamental para que a incubadora consegue desenvolver suas atividades. Conforme **E01**:

Que a gente não pode tirar do nosso bolso pra atender essas pessoas. **Então, a incubadora até hoje, ela trabalhou sempre por meio de editais, que a gente concorreu e ganhou. Então desde 2016, desde que mudou o governo, nunca mais houve edital para a economia solidária.** Então a gente tem trabalhado por amor.

Observou-se no último Relatório do Proninc os desafios enfrentados pelas incubadoras de economia solidária. Conforme o documento, são inúmeras as atividades desenvolvidas pelas incubadoras, que envolvem ferramentas de diagnóstico, avaliação e acompanhamento. Entretanto, por falta de recursos, há muitas demandas que não podem ser atendidas.

A procura dos empreendimentos pelas incubadoras para solicitar apoio e acompanhamento do seu trabalho mostra, por um lado, que estas se constituíram como uma referência importante em termos de incubação. Mas, por outro lado, revela a fragilidade das incubadoras e as limitações que enfrentam para incorporar novos empreendimentos que solicitam sua parceria (Proninc, 2017, p.20).

Essas limitações, do ponto de vista institucional, poderiam ser superadas se novos editais de fomento fossem acessados, permitindo o desenvolvimento de novas ações, tornando o trabalho focado não apenas na manutenção das atividades existentes.

Com relação a falta de política pública para potencializar as ações da ITCPEs, **E03** destaca que:

A falta de uma política estruturada seja do ponto de vista estadual e municipal, a própria capital não dá nenhum tipo de atenção a isso. A gente trabalha aqui muito de forma isolada, porque buscamos, entendemos que isso é uma necessidade a ser resolvidas em um estado que pode resolver

problemas sociais, **E, infelizmente, não temos essa política pública, seja do ponto de vista estadual, seja do ponto de vista municipal. Carece. E aí, por falta disso, falta recursos.**

E03 reforça que mesmo com a falta de apoio são os professores que garantem que o trabalho nas diversas frentes aconteça. Sem esse empenho não seria possível atender tantos grupos. Para superar as limitações, **E04** fala sobre os processos que estão sendo realizados, do ponto de vista institucional, para garantir mais recursos na ITCPES:

Entretanto, recentemente, recentemente não, na verdade já tem mais de um ano, **a gente fez o regimento para que a gente pudesse de fato se tornar uma incubadora como a própria incubadora de negócios, né? Obviamente com as particularidades e a filosofia de uma incubadora de economia solidária.** Entretanto, isso **era uma solicitação da reitoria**, mas até agora isso não foi concretizado, né? Até agora isso ainda precisa se concretizar. **Acho que isso também ainda é um dos nossos desafios. Até que as pessoas comecem a entender que uma incubadora de economia solidária, ela pode fazer mais, né? Porque as pessoas estão muito preocupadas só com as incubadoras de empresas.** E na verdade eu acho que o processo pode ser outro, né? Mas quem sabe agora com a lei de economia solidária isso também vai poder dar uma movimentada.

Conforme Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019), a IS emerge tanto das potencialidades quanto das limitações enfrentadas no campo. Ao reconhecer que tais limitações não simplesmente falhas operacionais, mas representam as contradições estruturais que perpassam o campo das políticas públicas e da economia solidária, amplia-se, nesse sentido, o entendimento do aspecto conflitivo e localizado do processo de inovação social.

Nesse sentido, observa-se que a Dimensão Forças e Limitações mostra tensões estruturais importante no processo de inovação social conduzido pela ITCPES/UFRR. De um lado, existe um discurso institucional que valoriza a extensão, a responsabilidade social como compromissos estratégicos da universidade e, de outro, há a realidade prática de um projeto que enfrenta desafios para sua continuidade. As falas dos entrevistados revelam, paralelamente, o compromisso ético com os empreendimentos incubados e a insatisfação diante da falta de estrutura adequada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do questionamento de pesquisa: *como as atividades desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima têm relevância para o desenvolvimento da Inovação Social no estado de Roraima?* e no intuito de respondê-lo, foi desenvolvido um estudo de caso instrumental na ITCPES da Universidade Federal de Roraima. A pesquisa foi do tipo descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. A análise dos dados foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), estruturada a partir de um modelo analítico próprio, desenvolvido com base em autores que abordam a inovação social de forma crítica e relacional.

O modelo analítico construído e aplicado nesse estudo em específico, torna-se a principal contribuição teórica e metodológica desta pesquisa. Elaborado com base em França Filho (2018), Souza, Lessa e Lázaro da Silva Filho (2019) e Andrade e Valadão (2020), o modelo organiza a análise da inovação social em quatro dimensões centrais: Transformação, Atores, Capacidade Inovadora e Forças e Limitações.

A aplicação deste modelo ao caso estudado possibilitou uma leitura aprofundada e crítica das práticas desenvolvidas pela incubadora, evidenciando como essas dimensões se entrelaçam e materializam a inovação social em um contexto de um estado amazônico e periférico.

Do ponto de vista dos objetivos específicos todos foram alcançados. As principais atividades foram identificadas: assessoramento técnico, formação e incubação de empreendimentos econômicos solidários. Também se caracterizou as práticas de inovação social: formação e assessoramento numa perspectiva de aprendizagem coletiva e emancipatória, incubação de EES com enfoque autogestionário e de governança democrática, coprodução de tecnologias sociais, empoderamento político e econômico, estabelecimento de redes com atores internos e externos, inclusão social. Por fim, analisou-se criticamente a atuação da ITCPES por meio das dimensões propostas no modelo analítico proposto.

As análises realizadas trouxeram a compreensão que a inovação social promovida pela ITCPES não está vinculada somente à oferta de serviços ou desenvolvimento de tecnologias, ela promove o redesenho das relações sociais, institucionais e territoriais, sobretudo pelas práticas que são construídas por grupos historicamente marginalizados, como trabalhadores do campo.

Com relação à Dimensão Transformação observou-se que a incubadora tem contribuído para mudanças socioeconômicas nos grupos dos Empreendimentos de Economia Solidária. Com destaque para a autonomia e empoderamento de mulheres camponesas, garantido trabalho e geração de renda para suas famílias. Além disso, tem possibilitado a inclusão econômica e acesso às políticas públicas, dando autonomia para o acesso a espaços que antes não era possível. Assim, a organização coletiva e o conhecimento compartilhados são fatores fundamentais nesse processo de transformação.

Na Dimensão Atores, observou-se uma ampla articulação para a realização das atividades na incubadora. Viu-se que o orçamento limitado e uma política institucional mais específica para espaços como a incubadora limita as forças das ações e impactos de forma mais expressiva. Mesmo garantindo bolsistas e apoio técnico, além dos recursos para a locomoção dos professores às comunidades, há grandes desafios para atender um aumento de demanda vinda da comunidade externa.

Destaca-se que o trabalho dos docentes e seu comprometimento ético são reconhecidamente um dos fatores positivos encontrados nessa dimensão. Entretanto, o processo precisa ser revisto para garantir uma maior robustez institucional e possibilitar uma mudança de concepção com relação à imagem da universidade junto à população e o alcance de metas institucionais formalizadas. De maneira complementar, os órgãos externos, por meio de parcerias, contribuem para que os empreendedores possam acessar programas direcionados ao trabalho, renda e demais políticas inclusivas. Sendo estes empreendedores atores que são peça fundamental nesse processo.

No que se refere à Dimensão Capacidade Inovadora, percebeu-se que ITCPES tem promovido práticas sustentáveis, sobretudo com produtores orgânicos, mulheres, indígenas e imigrantes. A adoção de tecnologias sociais nos processos organizativos e gerenciais do EES, uso de energia solar, reciclagem, novos modelos

comercialização e coprodução, enfatizam essa atuação inovadora. Além de ferramentas que tornam mais forte a produção orgânica como no caso do CCR. O conhecimento construído conjuntamente é o que move essa capacidade inovadora. Porém, acredita-se que as tecnologias desenvolvidas, como o CCR, deveriam ser mais bem divulgadas, no âmbito institucional e local. Replicadas em outros contextos, aproximando de maneira mais eficiente os produtores de consumidores.

Logo, na Dimensão Forças e Limitações, percebeu-se que o trabalho realizado pela ITCPES tem gerado impactos positivos, como no caso das Cooperativas que hoje são autônomas, a Coopana e a Coofecs. O trabalho realizado pelos professores junto aos EES apontou-se como uma força essencial para a continuação das ações. Entretanto, a insuficiência de recursos, ausência de políticas públicas, bem como a falta de incentivos, via editais de fomento e um olhar mais atento da própria universidade do ponto de vista dos recursos, trazem desafios significativos e limitação dessas ações.

Dessa forma, o estudo mostrou que a ITCPES contribui de maneira efetiva para a proposição de soluções inovadoras para as demandas sociais locais. A análise das entrevistas, os documentos pesquisados, bem como o que foi observado durante o estudo corroboram para esta constatação.

Além de fornecer um panorama sobre a ITCPES e a economia solidária, este estudo contribui para um debate em profundidade sobre a inovação social em contextos periféricos. Da mesma forma, possibilita que futuros pesquisadores encontrem lacunas e proponham novos estudos.

Assim, como sugestão de pesquisa futura, recomenda-se outros estudos de caso instrumental, com replicação do modelo analítico proposto, em outras incubadoras com a mesma proposta de trabalho, para se verificar os efeitos das soluções sociais inovadoras e contribuições propostas por elas, como no caso da ITCPES.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Ander Gurrutxaga; EZPONDA, Auxkin Galarraga. Recursos y dilemas de la innovación social: un concepto problemático. **RES. Revista Española de Sociología**, v. 28, n. 3, p. 135-150, 2019.
- ADDOR, F.; LARICCHIA, C.R. (Orgs.) **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: experiências e reflexões a partir da prática** – vol. II. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.
- ANDRADE, Jackeline Amantino de; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Pedagogia da alternância e inovação social em Rondônia: As translações da Educação do campo no contexto amazônico. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 16, p. 142-157, 2020.
- ARANTES, Emerson Clayton; OLIVEIRA, Leuda Evangelista de; PEREIRA, Meire Joisy Almeida. **A Economia Solidária e a atuação da incubadora da UFRR junto aos empreendimentos solidários em Roraima**. Eixo 1 – Economia Solidária e Organização do Trabalho. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/incubadoras-tecnologicas_v2_1ed2018_web.pdf. Acesso em: 03 de outubro de 2024.
- ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária diante das Desigualdades**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000300003>. Acesso em: 29 de outubro de 2024.
- AZEVEDO, Alessandra et al. Incubadora tecnológica de cooperativa x incubadora de empresas de base tecnológica: diferenças e semelhanças no processo de incubação. **Revista Ciências Administrativas**, v. 12, n. 1, p. 25-34, 2006.
- BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- BITTENCOURT, Bernadete de Lourdes; RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. Políticas de inovação social e desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras. **Revista de Administração Pública**, v. 50, p. 795-818, 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Relatório de atividades do PRONINC**. Brasília, DF: SENAES, 2017.
- CARNEIRO, Dênio Almeida. INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **RISUS - Journal on Innovation and Sustainability** volume 14, número 3 - 2023 ISSN: 2179-3565. Disponível em <http://dx.doi.org/10.23925/2179-3565.2023v14i3p45-63>. Acesso em 05 de maio de 2024.
- COOFECS – Cooperativa de Empreendimentos Solidários de Boa Vista. Disponível em: <https://www.ocbrr.coop.br/noticias/dia-de-cooperar-cooperativa-recebe-recursos-para-compra-de-equipamentos-e-oferta-cursos-gratuitos-de-capacitacao>. Acesso em: 11 maio 2025.
- COOPANA – Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia. Disponível em: <https://sistemasweb.mda.gov.br/vitrine/produtor/23178513000192/manga-6492-88>. Acesso em: 11 maio 2025.

- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.
- DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. In: **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2010. p. 297-297.
- DUBEUX, Ana. O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. Proposta: **Revista Trimestral de Debate da FASE**, v. 31, n. 111, p. 4-15, 2007.
- Empreendimentos Solidários ITCPES/UFRR. Prefácio. In: PEREIRA, Meire Joisy Almeida et al. Boa Vista: **Editora da UFRR**, 2019. Disponível em <https://antigo.ufrr.br/editora/index.php/editais?download=434>. Acesso em 06 de maio de 2024.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 107-126, 2008.
- FIRMINO, Thaís Teles; MACHADO, André Gustavo Carvalho. Dar o peixe ou ensinar a pescar? O empoderamento como prática de inovação social em uma organização da sociedade civil. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 17, p. 689-702, 2019.
- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Boa Vista: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788536321356. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321356/>. Acesso em: 28 mai. 2024.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Inovação social e incubação tecnológica em economia solidária: na fronteira de um outro paradigma em CT&I?** In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (org.). *Incubadoras tecnológicas de economia solidária*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 2, p. 211–224. (Pesquisa, Ação e Tecnologia; 4).
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação**, 2007. Disponível em: https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/arquivos/genauto_teorica-e-pratica-em-ecosol.pdf. Acesso em: 03 de outubro de 2024.
- FRANZONI, G. B., & da Silva, T. N. (2016). Inovação Social e Tecnologia Social: o caso da Cadeia Curta de Agricultores Familiares e a Alimentação Escolar em Porto Alegre/RS. *Desenvolvimento Em Questão*, 14(37), 353–386. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.37.353-386>
- GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 7ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 28 mai. 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa** / Antonio Carlos Gil. – 1. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2021.
- GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. de. **Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico**. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da (Orgs). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. P. 301-323. São Paulo: Saraiva, 2006

- GODOY, Arilda Schmidt et al. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais - Pradigmas, estratégias e métodos**, 2ª Edição . São Paulo: SRV Editora LTDA, p. 115-146, 2012. E-book. ISBN 9788502125018. Disponível em <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502125018/>. Acesso em: 29 de maio. 2024.
- GUERREIRO, André. Recensão de: Advanced Introduction to Social Innovation. **CIDADES, Comunidades e Territórios**, 2023.
- Incubadoras tecnológicas de economia solidária** / organizadores Felipe Addor e Camila Rolim Laricchia (org.). – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PIB cresce em 24 Unidades da Federação em 2022. Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41893-em-2022-pib-cresce-em-24-unidades-da-federacao>. Acesso em: 18 maio 2025.
- ITCPES/UFRR. **Apresentação institucional da ITC PES** [Arquivo PowerPoint]. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, s.d.
- ITCPES/UFRR. **Formulário de ação de extensão – CCR**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2023. Documento interno.
- ITCPES/UFRR. **Projeto técnico da Feirinha das Camponesas do Lavrado**. Boa Vista: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFRR, 2021–2022. Documento interno.
- KLAUMANN, Ana Paula ; TATSCH, Ana Lúcia. A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social: análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. **Revista Brasileira de Inovação** ISSN 2178-2822. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rbi.v22i00.8669995>. Com acesso em 05/05/2024.
- LAURENCE, Bardin. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 3 reimp. da 1ª edição de 2016.
- MAGALHÃES, T.; ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D. Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. Especial, p. 680–696, 2020. DOI: 10.1590/1679-395120190159. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/82417>. Acesso em: 6 maio. 2024.
- MARCONI, M. de A; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 28 mai. 2024.
- MARIETTO, Marcio Luiz. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018.
- MARTINS, Gilberto de A. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa**, 2ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2008. E-book. ISBN 9788522466061. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466061/>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- MERRIAM, S.; TISDELL, E. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2016.

- MERRIAM, Sharan. **Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis**. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOREIRA, Tainah Pinheiro. Dimensões da inovação social: o caso da Fundação Casa Grande – Memorial do Home Kariri. 2017. 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2017.
- NASCIMENTO, Anna Luiza Motta; DE ALMEIDA PINTO, Pablo Aurélio Lacerda. Princípios de inovação social, empreendedorismo social e economia circular na atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise através da percepção de seus gestores. **Revista Gestão & Sustentabilidade** - RG&S, Brasil, v. 6, n. 1, p. e14470, 2024. DOI: 10.36661/2596-142X.2024v6n1.14470. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RGES/article/view/14470>. Acesso em: 05 outubro 2025.
- NASCIMENTO, Cleane da Silva; PEREIRA, Meire Joisy Almeida; MAROTI, Paulo Sérgio. **Desafios para educação, formação e assessoramento na perspectiva da economia solidária em Roraima, 2019**. Disponível em: http://conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/iiconpes/gt01/2/nascimento_cleane_pereira_meire_maroti_paulo.pdf. Acesso em: 29 de outubro de 2024.
- OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de. **Incubadoras universitárias de empresas e cooperativas; contrastes, semelhanças e desafios**- Campinas, SP.: [s.n.], 2003.
- OLIVEIRA, Thais Cristina Souza; ADDOR, Felipe; MAIA, Layssa. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 32, 2018.
- OLIVEIRA, Thais Cristina Souza; ADDOR, Felipe; MAIA, Layssa. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. In: **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**, v.1, p. 56-71, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
- Paiva Júnior, F. G. de, Leão, A. L. M. de S., & Mello, S. C. B. de. (2011). Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista De Ciências Da Administração**, 13(31), 190–209. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n31p190>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.
- PAZETTO, Alexandre Zawaki et al. Abordando o espectro da inovação social: uma discussão teórico-conceitual. **Ciencias da Administração**, v. 24, n. 63, p. 89-101, 2022.
- PEREIRA, Meire Joisy Almeida et al. (Org.). **Economia solidária no estado de Roraima: formação e desenvolvimento dos empreendimentos em redes colaborativas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.
- PEREIRA, Meire Joisy Almeida. Trabalho, trabalho coletivo: a compreensão desse binômio no interior do projeto de assentamento Nova Amazônia: a compreensão desse binômio no interior do projeto de assentamento Nova Amazônia. **Ciência & Tecnologia Social**, v. 4, n. 1, p. 158-178, 2021.
- PEREIRA, Meire Joisy Almeida; SERRA, Aldilene Vidal Oliveira. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES): o caso da incubadora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) de 2006 a 2010. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 3, n. 1, p. 155-170, 2013.

PIMENTEL, Geyza Alves. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e SANTOS, L. F. D.; SANO, H.; SOUZA, W. J. Antecedentes da Inovação na Gestão Pública: Análise de Experiências Inovadoras do Setor Rural Brasileiro. **Gestão e Sociedade**, v. 13, n. 35, p. 2870-2900, 2019.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios**. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4085>. Acesso em: 05 de outubro de 2024.

SILVA PERIM, Mary Lucia; DOS SANTOS, Verçulina Firmino. INOVAÇÃO SOCIAL EM COOPERATIVA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. **Revista de Administração de Roraima**, v. 6, n. 3, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5764267.pdf>. Acesso em: 04 de novembro de 2024.

SILVA, Sandro Pereira Organizador. Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. 2020.

Souza, A.C.A.A.d., Lessa, B.d.S. and Lázaro da Silva Filho, J.C. (2019), "Social innovation and the promotion of local economic development", **Innovation & Management Review**, Vol. 16 No. 1, pp. 55-71. <https://doi.org/10.1108/INMR-10-2018-0074>.

SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de; LESSA, Bruno de Souza; LÁZARO DA SILVA FILHO, José Carlos. Social innovation and the promotion of local economic development. **Innovation & Management Review**, v. 16, n. 1, p. 55-71, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021–2025. Boa Vista: UFRR, 2021. Disponível em: <https://ufrr.br/conselhos>. Acesso em: 7 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Relatório de Monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021-2022**. Boa Vista: Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, 2023. Disponível em: <https://ufrr.br/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/>. Acesso em: 11 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Relatório de Monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2023**. Boa Vista: Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, 2024. Disponível em: <https://ufrr.br/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/>. Acesso em: 11 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Relatórios de extensão da ITCPES**. Boa Vista: ITCPES/UFRR, 2021–2022. Relatórios institucionais internos.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788582602324. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602324/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a),

Convidamos vossa senhoria para participar como voluntário (a) da pesquisa, **O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA — ITCPES/UFRR— PARA O DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO SOCIAL EM RORAIMA**, que está sob responsabilidade do pesquisador Duenny Wesley Santos Silva, aluno do mestrado acadêmico em Administração pelo Programa de Pós-Graduação (PROPAD) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de Organização e Sociedade, sob a orientação da Prof.^a Dr^a Jackeline Amantino de Andrade, que tem como objetivo geral “Analisar como as atividades desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES) da Universidade Federal de Roraima têm relevância para o desenvolvimento da inovação social no estado de Roraima”.

Sugere-se a leitura atenta das informações a seguir, a fim de que todos os procedimentos deste estudo sejam elucidados. Assevera-se que nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária.

Esclarecemos que os participantes desta pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores, neste último caso os dados coletados serão desconsiderados e descartados. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os especialistas serão identificados por códigos, como E01. Os dados coletados nesta pesquisa poderão ser comparados ou combinados aos de outros participantes na etapa analítica e ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob a responsabilidade do pesquisador pelo período mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, por gentileza entrar em contato a partir dos seguintes meios:

E-mail: duennyosilva@ufpe.br

Fone: (95) 99114-1262

Consentimento

- Realizei a leitura atenta e entendi que as informações sobre esta pesquisa e que meus dados serão mantidos em sigilo.
- Compreendo o intuito da pesquisa e estou consciente a respeito de todos os procedimentos relacionados a minha participação no estudo, assim como a finalidade dos resultados.
- Ficou claro que a minha participação é voluntária e desta forma completamente isenta de despesas e remunerações e que posso me retirar da pesquisa em qualquer circunstância sem nenhuma penalidade.

Vossa senhoria concorda em participar de forma voluntária da pesquisa?

() Sim

() Não

Desde já agradecemos por colaborar com esta pesquisa.

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Qual o seu nome? Sua idade e formação?
- 2) Qual cargo ocupa na ITCPES/UFRR e quando iniciou seu trabalho?
- 3) Você pode fazer uma breve descrição das principais atividades da área que coordena?
- 4) Como a ITCPES identifica e desenvolve soluções para as comunidades assistidas?
- 5) As soluções possuem duração a longo prazo?
- 6) Como é feito o levantamento das necessidades das comunidades?
- 7) O contexto em que as pessoas vivem é observado no momento de elaborar as soluções?
- 8) A comunidade que está sendo assistida colabora no processo de criação das soluções apresentadas pela ITCPES?
- 9) Quais são as tecnologias sociais já desenvolvidas pela ITCPES ?
- 10) Quais os pontos fortes da ITCPES no processo de inovação social em Roraima?
- 11) O que influencia o desenvolvimento e a implementação das soluções sociais apresentadas pela ITCPES ?
- 12) De onde vem os recursos para financiar as atividades na ITCPES/UFRR?
- 13) Quais são principais desafios financeiros e institucionais que a ITCPES enfrenta?
- 14) Há apoio suficiente da UFRR e de outras instituições para a ITCPES?
- 15) Você acredita que a inovação na ITCPES sofre impacto das forças e limitações observadas?
- 16) Quais são estratégias utilizadas para superar as limitações e tornar a capacidade inovadora da ITCPES exitosa?
- 17) Você gostaria de destacar algum ponto que não foi abordado?

APÊNDICE C- SALA DA ITC PES



Fonte: Acervo da pesquisa(2025)

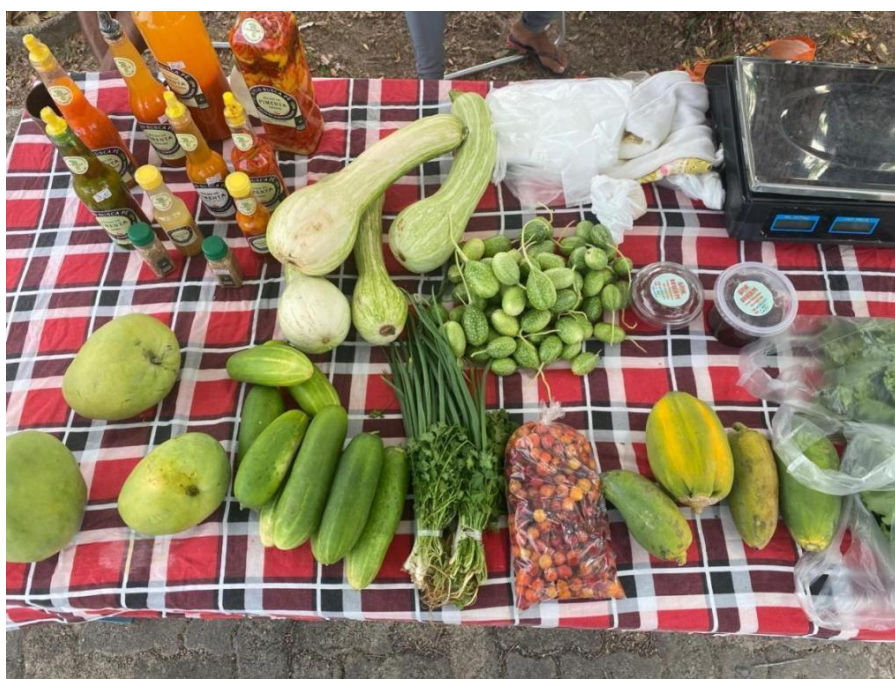


Fonte: Acervo da pesquisa (2025)

APÊNDICE D - FEIRINHA AGROECOLÓGICA NA UFRR- ASSOCIAÇÃO MULHERES CAMPONESAS DO LAVRADO



Fonte: Acervo da pesquisa (2025)



Fonte: Acervo da pesquisa (2025)